



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 14 de novembro de 2018

N.º 20/2018

Aos catorze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e dois minutos, no salão nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Municipal Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu Gabinete de Apoio, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

4

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino – Um assunto que nós, Partido Socialista, queremos deixar e referir nesta reunião de Câmara, sobre a Avenida Álvaro Cunhal, inaugurada no passado sábado, inauguração na qual estive presente, como estou em quase todos os eventos onde posso, efetivamente, estar. Estive presente na reinauguração daquela avenida, daquele espaço que foi requalificado, e que nós, Partido Socialista, entendemos que bem requalificado, havendo, ali, um apontamento ou outro, talvez a questão das passadeiras, que devem ser melhor identificadas. Principalmente para quem circula durante a noite, a visibilidade é reduzida, portanto, há que, tomar em atenção essa questão, com alguns refletores que possam identificar melhor as passadeiras para os peões.

A questão da toponímia é uma questão que não nos levantou, a nós, e penso que a nenhuma força política, porque foi votada na Câmara Municipal e houve consenso de todas as forças representadas. A Avenida Álvaro Cunhal, aliás, à qual já tinha sido atribuído o nome o ano passado, não nos levanta qualquer questão.

O que se levanta aqui é uma questão de ordem política e uma questão da dimensão, que nós consideramos despropositada, na homenagem do culto da personalidade do Álvaro Cunhal. Nós entendemos que aquilo que foi feito, e não falando da questão estética, que tive a oportunidade, até de confidenciar com a Sra. Presidente, acho que, na questão estética está bem conseguido, os painéis são bonitos, os desenhos são do autor e estão bem reproduzidos, mas entendemos que uma entrada da cidade de Setúbal é um pouco despropositada, a dimensão que foi dada a esta homenagem ao Dr. Álvaro Cunhal.

Penso, até que esta homenagem perdeu um pouco do seu sentido, porque deixou de ser uma homenagem da cidade a Álvaro Cunhal, deixou até de ser uma homenagem da Câmara Municipal a Álvaro Cunhal e foi, apenas uma homenagem dos comunistas ao seu líder histórico. Não é que isso nos cause grande problema a nós, obviamente, mas enquanto cidadãos, enquanto autarcas da cidade, nós entendemos que a Câmara Municipal não tinha que assumir o compromisso de o fazer.

Portanto Sra. Presidente, lamentamos que esta homenagem se tenha transformado, para os setubalenses, num facto político algo negativo, porque a personalidade não merecia, não merece, por tudo aquilo que fez pela sociedade portuguesa no combate ao antigo regime. Portanto, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, o Partido Socialista assume esta posição clara, não havendo aqui qualquer facto que tenha a ver com o nome atribuído àquela Avenida Doutor Álvaro Cunhal. Como disse, foi consensual e nós entendemos que é uma questão política que foi assumida por todos e respeitamos, mas aquilo que é a desproporção da homenagem que nós entendemos que devia ser considerada.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Aproveitando aqui a deixa do Vereador Paulino, no que diz respeito à requalificação da Avenida Álvaro Cunhal, eu falo do que diz respeito à requalificação e, também já lá irei, à componente estética da requalificação. Aliás, até começarei pela componente estética.

A questão subdivide-se em duas matérias. Em primeiro, custo da oportunidade: gastar esta verba para embelezar aquela avenida, evidenciando daquela forma uma figura política, seja ela qual for, podia ser de qualquer partido, esteticamente não concordo. Acho que devemos embelezar as entradas da cidade com aquilo que são os símbolos da cidade e esse é o meu critério.

Não me chocaria absolutamente, de forma alguma, se a Avenida Álvaro Cunhal não fosse a entrada da cidade, que se devesse tratar como qualquer outra dignidade, porque qualquer avenida merece essa dignidade. Na entrada da nossa cidade, especificamente, qualquer figura política, eu acho que é... Não acho correto. É verdade que se deu o nome à avenida. Não questiono que se dê o nome à avenida, mas da mesma forma que já se embelezou o nosso concelho. E isso foi feito com esta gestão comunista e diga-se, e sublinhe-se, que foi feito com

um cuidado de embelezar a cidade, até com figuras da cidade. E até se tem tido um especial cuidado, com figuras do nosso concelho e um certo carinho e revivalismo, que é muito positivo, e que até apanha aquilo que é a onda a que se assiste em vários outros concelhos.

Acho que esta opção estética foge a esse próprio critério que tem sido a gestão comunista em Setúbal. Até foge a esse próprio critério, e, portanto, creio que não será só ao meu. Naturalmente que vocês dirão o contrário, mas eu acho que a questão que levou as pessoas a falarem, não tem algo a ver com o Álvaro Cunhal, tem a ver com uma figura política. E, ali, naquele local, geograficamente, não era opção para ter uma figura política.

A segunda questão que gostaria de colocar, ainda sobre a avenida, é uma preocupação no que diz respeito àquilo que é, que eu percebo que seja o conceito de urbanização daquela avenida e que acho que é um conceito que faz sentido, com a criação daqueles passeios, das ciclovias, etc. Contudo, há um problema ainda de estacionamento por resolver, em que aqueles lugares de estacionamento que foram criados, cerca de catorze, no Monte Belo Sul, não resolvem a necessidade de estacionamento daquela zona.

Portanto, em tempos, até o PSD na Assembleia de Freguesia de São Sebastião, tinha-se manifestado com uma proposta para tentar aproveitar esta mesma Avenida Álvaro Cunhal como uma bolsa de estacionamento. Já que isso não vai ser possível, há a pergunta onde é que se vai encaixar esse estacionamento, porque ele efetivamente é importante. Como aliás, vocês sabem, porque têm reunido com a população e sabem que isso é uma das questões que é mais expressada.

Segundo, a passagem de peões ali merece alguma atenção, não tanto só pela questão de segurança - acho que isso é resolúvel depois, não é uma questão de mudança, de visualização, etc. Acho que isso é uma questão mais fácil de resolver -, mas mais pela questão do seu respetivo acesso depois ao Monte Belo Norte. Vai-se para a passadeira e não se consegue aceder ao Monte Belo Norte, fica-se só ali, pelo passeio. Acho que é importante perceber como é que, depois essa ligação vai ser feita, ou não, ou se ela vai ser feita ou não vai ser feita, de todo.

Em último lugar, da mesma forma que, para o Monte Belo Sul, foi feito aquele acesso logo a seguir ao Novotel, eu creio que também seria importante tentar criar um canal de ligação rodoviário, um acesso também - e o PSD também já tinha ficado feita essa proposta em assembleia de freguesia, com o seu respetivo presidente de junta -, criar ali um acesso de ligação rodoviária ao Monte Belo Norte, porque isso permitiria que a avenida fosse mais permeável, do ponto de vista de trânsito, e ganhasse uma característica mais urbana, que acho que é sentido correto que se deve dar aquela avenida.

Penso que é isso que se pretende também, não é? Só que, se isso não acontecer, nós temos à mesma os carros a entrarem ali a terem que fazer a avenida toda, de uma ponta até à outra, para poderem sair da mesma, e então não há essa permeabilidade na circulação rodoviária. Por último, gostaria, de falar sobre uma questão que eu creio que é importante. E faço uma pergunta e, para além da pergunta, depois também farei aquilo que é a minha declaração, porque acho que é importante fazê-lo. Tem a ver com a Taxa Municipal de Proteção Civil, que, como sabe, está agora em debate no parlamento. E o que está em debate, no parlamento, é a forma como é financiado. É preciso que perceba isto, que é quando se fala da Taxa Municipal de Proteção Civil, o que se está a discutir é a forma como é financiado o serviço de proteção civil nos municípios.

E eu aqui, não me interessa se estou alinhado ou não estou alinhado com o debate do parlamento, porque a minha questão não tem a ver com o alinhamento do debate no parlamento. Tem a ver com uma preocupação específica de um concelho como Setúbal e outros como Setúbal, em que é impossível prescindir de um serviço municipal de proteção civil que tenha sempre verbas avultadas.

4

Temos uma zona industrial que assim o exige, temos uma zona como é o Parque Natural da Arrábida, que assim o exige, e que não tem comparação nem paralelo em muitos concelhos. Especificamente, até não tem comparação com o município de Lisboa. E o que mais parece aqui, é que se está a discutir uma questão ou se está a criar uma solução orçamental que ajuda a resolver um problema de financiamento a Lisboa, quando na prática, nós temos aqui um problema em que os munícipes de Setúbal pagam para algo que serve uma região e não serve só o concelho de Setúbal, como é o Parque Natural da Arrábida, que inclusive, até tem uma gestão dedicada, que nem sequer é do município, e como por exemplo a zona da Mitrena, onde também o Município de Setúbal não tem uma palavra a dizer por aí além. Portanto, a descentralização ainda não chegou e eu acho que esta questão é preocupante, e aqui formulo a minha pergunta, que é, face a um eventual chumbo ou retirada da Taxa Municipal de Proteção Civil do Orçamento de Estado, se isso obriga a alterar ou não o nosso orçamento, mas vai aqui o meu veemente protesto da forma como isto está a ser discutido, porque, se não se olhar por casos como o Município de Setúbal, em que para umas situações se aplica as métricas, por ser concelho com densidade populacional, etc, para outro devia-se saber excepcionar aquilo que são situações, porque senão, não há Taxa Municipal de Proteção Civil e temos que fazer recurso do nosso próprio orçamento. Quer dizer, depois vai-se aos concelhos vizinhos e está tudo bem, há mais dinheiro disponível, e nós temos que obter menos serviço do município ou temos que pagar mais valor.

Portanto, a solução de financiamento tem que ser olhada de uma forma distinta. Eu acho que era importante que o Município de Setúbal falasse e se manifestasse sobre isto e não tenho nenhum problema em dizer que não haver uma solução de financiamento para salvar ou ajudar o orçamento de Lisboa. É um município e um concelho que tem muito dinheiro disponível.

Aqui, neste caso especificamente, a questão tem que ser vista de uma forma distinta. Se querem colocar isto nas mãos das autarquias, então que deem mais meios às autarquias para resolver, porque a situação de Setúbal não é igual à maioria dos concelhos do nosso país. Não se pode dizer que os munícipes de Setúbal beneficiam do Parque Natural da Arrábida ou beneficiam da zona da Mitrena e que são os únicos a beneficiar. Porque é que têm que ser os únicos a pagar?

Esta questão não é nova para mim e eu já me tinha manifestado, na altura, quando ela foi declarada ilegal, a cobrança da Taxa Municipal de Proteção Civil. Mas, entenda-se o seguinte, em Lisboa era cobrada com o IMI, que é uma questão bem diferente. Aqui, era cobrada como taxa, mas, genericamente, a um único setor, que era o comércio e indústria. Daí ter levantado a questão. Por isso é que foi considerada ilegal. Mas não era para toda a gente. Portanto, o problema por resolver, noutros concelhos, é muito maior do que o nosso. Mas, para nós, a necessidade do serviço existe. Portanto, eu não queria deixar de referir isto. Acho que esta questão é muito importante, e, por isso, é que eu pergunto se isto afeta, ou não, o orçamento. Não tem a ver com partidos, atenção. Tem a ver com o Município de Setúbal. Não tem a ver com ser contra o PS ou contra o PSD. Até se pode dizer que o PSD pode estar a criar um problema ao ser contra a taxa. Estou a falar é de uma solução de financiamento. Uma solução de financiamento para um município como Setúbal. É disso que estou a falar.

Sr. Vice-Presidente – A informação livre e responsável, é um fator essencial à democracia. Sem informação livre e responsável não podia haver democracia, e, por isso, lhe chamamos o 4.º Poder. Esse 4.º Poder está, agora, a ser ultrapassado, talvez por um 4.ºA ou 5.º Poder, que é o poder da comunicação através de redes sociais. Tem a menos o quê? A verificação de factos, a responsabilização pela verdade e a facilitação com que se divulgam opiniões gratuitas, umas vezes caluniosas, outras vezes deitando fora os maus pensamentos e os maus fígados, como se diz, os feles de cada um. Tudo vai para a comunicação social, sem qualquer responsabilidade.

4

Esta dimensão é real, esta dimensão e esta ultrapassagem do 4.º Poder é real. E hoje, sabemos todos que teve influência na eleição de dois presidentes, consecutivamente quase, de grandes países, nos Estados Unidos e no Brasil. Grandes países.

Portanto, os senhores vereadores sabem perfeitamente, que isto tem o seu impacto. O que eu quero lamentar, muito vivamente, é que comecem a pautar o seu comportamento político por aquilo que se diz nas redes sociais. Vêm os desabafos e aquilo que cada um lá quer pôr e vêm o criticismo gratuito e nós tomamos posições políticas por isso.

E lamento, porque acho que é mais isso. Espero, esperaria que fosse mais isso, do que situações de grande facciosismo. Eu julgo que nesta fase da nossa democracia, aparentemente estão ultrapassados. Já não são assim tão facciosos como éramos no início da democracia e do 25 de Abril. E hoje, temos ganho uma tolerância de que, aqueles que, às vezes, queremos homenagear, também como exemplo de construtores desta democracia e da tolerância que hoje vivemos, saem feridos. Saem feridos, porque não são homenageados, porque, não esquecendo esse facciosismo, não conseguimos pô-lo de lado, vamos rebuscá-lo e vamos usá-lo mal. Devemos agitar os ventos da comunicação das redes sociais. É logo: *“As redes sociais criticaram a homenagem a Álvaro Cunhal. Vamos já tomar uma posição de (...) e da minha pessoa. É já! Porque isso é importante que a rede social diga: “Aquele senhor vereador criticou a dimensão da homenagem a um combatente do fascismo, a um dos principais elementos de transição para a democracia e para a liberdade.”*”

Quando ninguém - recordo-me, estava nesta câmara -, ninguém, em tempos em que a tolerância democrática nunca estava ao nível que está hoje, até pelo simples decurso do tempo, estavam as lutas partidárias muito mais avivadas e não me recordo de nenhuma crítica ao monumento com um busto, à Avenida Sá Carneiro. Também foi um dos participantes, atores da mudança de regime, mas foi participante no regime anterior, do fascismo. Fez essa transição de dentro do regime fascista e foi homenageado e ninguém se comoveu como os senhores, aqui se estão a comover. Porquê? Não é só porque, na altura não havia redes sociais. É porque não havia, afinal, de alguns setores políticos da esquerda, o facciosismo político que os senhores vereadores, agora aqui à direita, não conseguem evitar.

É uma homenagem a Álvaro Cunhal, uma figura, um pai da democracia? É. Poderão dizer: *“Mas Sá Carneiro também foi.”* É. E está, numa das principais vias da cidade, num centro da cidade. Tem uma rua, tem um busto, tem um monumento. Nunca ninguém criticou. Porque é que se havia de criticar? Faz-se uma homenagem, curiosamente nem relevando sobretudo, os aspetos da intervenção política. Vai-se buscar uma faceta da personagem que é uma faceta que é artística e põe-se essa em relevo. De muitos e muitos desenhos e trabalhos que fez, poem-se esses. É uma figura que significa o quê? Que não é facciosamente o político do nosso partido que estamos ali a homenagear, mas é o homem, é o cidadão que transpôs e fez outros transporem um regime de ditadura para um regime de liberdade, e é essa a homenagem que ali está representada.

Os senhores vêm aqui criticar. Sinceramente, não esperava. Mas espero bem que seja mais por andarem a tentar atender às redes sociais do que seja por facciosismo. Espero bem que seja. Em todo o caso, lamento e temos pena.

Fizemos uma homenagem por exagero? Não me parece. Foi a homenagem que julgámos que era a merecida, àquela figura. Há outras figuras, eventualmente que a mereçam. Certamente a terão. Nunca contestámos nem esperneámos, especialmente quando foram, aqui de alguma forma evocadas, mas também constituiu uma certa homenagem, quando passámos a chamar às rotundas e foi por aí que se começou. Começámos a chamar às rotundas praças: A Praça do Tratado de Roma, a Praça do Tratado não-sei-quê. Não esta lá a morar ninguém, mas passou a ser uma praça. Hoje também fazemos isso, talvez, mas começou-se por aí. A Avenida da Europa, isso foi uma certa homenagem. Foi uma certa homenagem a uma opção política. Foi a opção da integração europeia, com a qual o PCP não estava de acordo, nos termos em que foi feita. Não fizemos disso um caso político. Lamentável é esta atitude e não esperava, em termos de maturidade democrática do nosso regime, que os nossos vereadores do Partido

4

Socialista e do Partido Social-Democrata, se se viessem queixar de uma homenagem a uma figura desta dimensão da democracia portuguesa. A dimensão das figuras políticas não se mede pela proximidade à nossa opção partidária. Mede-se pela sua representação social e humana.

Julgo que a figura de Álvaro Cunhal não terá grandes dúvidas, nunca teve ao longo do tempo. Não teve já antes da sua morte, não teve após a sua morte, essa desvalorização que os senhores, agora, aqui pretenderam fazer, achando melhor que uma referência mais reduzida é que era a adequada. Não é. Tenho pena e espero que compreendam que não é esse o caminho da maturação da nossa democracia e nenhum de nós ganha fazendo menor o outro.

Sr. Vereador Joel Marques - Penso que o Sr. Vereador Manuel Pisco não percebeu muito bem o sentido da intervenção do meu camarada e vereador Fernando Paulino.

E, falando em facciosismo, esquecendo que também temos na cidade uma avenida chamada Bento Gonçalves, que se não estou em erro, até adotou essa toponímia durante o mandato de um executivo do Partido Socialista, Tal como, também poderia ter qualquer arruamento ou uma qualquer via desta cidade chamada Júlio Fogaça, o caso alguém assim entenda propor ou qualquer outro militante, de qualquer outro partido, que tenha tido uma relevância histórica e tenha dado o seu contributo, quer para este concelho quer para o país, mas, naturalmente, particularizando no concelho, porque é isso que nós, aqui, estamos a discutir.

Acho que comparar o busto de Sá Carneiro, numa rua de um bairro residencial - que, como sabe, era uma figura perfeitamente afastada daquilo que é a minha família política e ideologia política -, mas comparar um busto de Sá Carneiro numa praça num bairro residencial, uma homenagem a alguém que morreu num trágico acidente, enfim chamemos-lhe acidente, com a intervenção que foi feita numa avenida da cidade, uma avenida que é uma antiga estrada nacional, que separa já de si dois bairros, a que na cidade, já se começam a chamar Álvaro Grade e Cunhalistão, quer dizer não me parece que seja, efetivamente, a melhor intervenção nem a melhor homenagem.

Não está aqui em causa a iconografia, que nos remete para 1988. Não está aqui em causa a qualidade artística da obra, porque faria sentido, se quisesse, efetivamente fazer uma homenagem que tivesse impacto e se quisesse utilizar esta obra, faria sentido utilizá-la num jardim ou num passeio público, num espaço onde, efetivamente, as pessoas pudessem ver, apreciar, fruir da intervenção que foi feita.

Não sei se os senhores vereadores já tiveram oportunidade de passar naquela via à noite. Aquelas imagens retro iluminadas, acabam quase por desfocar a atenção do condutor que segue na via e que, naturalmente, ao ter uma imagem iluminada tende a desviar o olhar. Mas, mais do que isso, aquilo que para nós está aqui em causa é um culto de personalidade, que foi feito independentemente da figura que seja e do partido que seja, porque, deixem-me que vos diga, se qualquer município deste país entendesse fazer o mesmo com uma figura como Mário Soares, por exemplo, independentemente do município que fosse, tivesse ou não tivesse uma relação com ele, eu teria precisamente a mesma opinião, porque aqui não está em causa a figura nem o partido nem a questão política. Está em causa o facto de se ter excedido uma homenagem com um gasto que não é despiciendo e que poderia ter sido alocado, eventualmente à criação de um novo acesso viário ao Monte Belo, ao Monte Belo Norte, que é algo que me parece que é necessário naquela zona, que tem uma densidade populacional também de grande dimensão.

Parece-me que acaba por ser desadequado este culto de personalidade, independentemente daquilo que é a obra que está em causa, porque nós também temos artistas de grande relevância, pintores de grande relevância, nesta cidade, com obra significativa. Temos o caso de Lima de Freitas, que está representado naquele quadro, temos o Rogério Chora, que pintou, efetivamente, a cidade e as suas gentes e que continuará a pintar nos próximos anos, assim o espero, e que não têm nem nunca tiveram, por parte deste município - e, quando digo nunca tiveram, refiro-me a estes executivos, mas também aqueles que passaram e aqueles que foram

4

do meu partido -, nunca tiveram, apesar de já se ter dado também, o nome de Lima de Freitas a uma avenida, ainda se não estou em erro, do século passado, portanto, ainda num mandato do Partido Socialista, mas não têm a divulgação desta iconografia e do seu trabalho na cidade. Aí sim, para essas personagens, efetivamente, se calhar faria algum sentido que houvesse uma intervenção num espaço público de fruição, volto a dizê-lo, e não no separador central de uma avenida, porque, aqui se por um lado, se peca no excesso que foi cometido, por outro lado também, comete-se esse excesso num sítio onde as pessoas acabam por não poder, efetivamente, usufruir daquilo que ali se quis fazer.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Devo-lhe dizer que ainda bem que o busto de Sá Carneiro não tem a mesma magnitude do que aquilo que são as ilustrações ou mesmo a figura desenhada de Álvaro Cunhal, porque o busto de Sá Carneiro foi pago com contribuições dos militantes do PSD de Setúbal. Estavam todos pobres, não havia dinheiro para pagar. Não tem a mesma dimensão, mas para lá disso - perdoe-me, se fez a comparação, tem que perceber o esclarecimento -, estamos a falar de uma entrada da cidade de Setúbal, entrada do Município. Estamos a falar até inclusive, daquilo que é o critério e que tem sido o critério deste tipo de edificações e deste tipo de embelezamento do próprio Município de Setúbal. Do próprio Município de Setúbal e aí é uma exceção. Vocês podem optar por tê-la. Agora, têm que viver com ela.

E, falar das redes sociais como se fossem uma coisa inócua e que não fosse constituída por um conjunto de pessoas, que é verdade que ali manifestam a sua opinião de uma forma muito mais forte e invasiva do que ser frente a frente, isso é que é uma pena, de facto. Mas falar das redes sociais como se fossem uma coisa inócua e que não fossem pessoas que estivessem lá por trás, acho que não é a melhor maneira, porque efetivamente, são pessoas que estão lá por trás. Agora, se nós nos devemos guiar por aquilo que são as redes sociais, isso é que não, como é evidente. As nossas opções políticas devem ser tomadas sempre de acordo com as nossas convicções e a nossa convicção, a cada um de nós, como é óbvio é sempre o interesse geral da população.

Agora, a vossa convicção é que servia melhor o interesse do município ter ali uma figura política. E eu digo uma figura política porque não estou a falar de partidos, não está em causa o relevo da figura em si. Uma figura política à entrada de Setúbal eu acho que não é. É uma opção política.

Mais importante é efetivamente, perceber qual será a conclusão da requalificação daquela zona, porque naturalmente, nós percebemos que não está acabado, não está terminado. Entre Monte Belo Norte e Monte Belo Sul ainda há problemas por resolver. Sabemos que houve reuniões com as populações nesse sentido.

Eu transmiti aqui algumas preocupações que acho que são relevantes. Creio que também vos foram transmitidas a vocês, por parte das pessoas que lá estão. Não só o acesso rodoviário, se haverá essa possibilidade ou não, no futuro, ou se ela pode, ou não, ser equacionada para Monte Belo Norte. A questão do estacionamento, que é muito importante. Há ali uma grande pressão de estacionamento que nós sabemos. E naturalmente, também ali o acesso pedonal ao Monte Belo Norte, uma vez que estão criados aqueles acessos térreos, que urbanizam aquela avenida, mas efetivamente, esses acessos térreos teriam maior utilidade se permitissem entrar, por sua vez, no respetivo bairro, no Monte Belo Norte, que não permitem neste momento. Portanto, se há alguma coisa prevista ou não.

Sr. Vereador Pedro Pina - Não tinha intenção de intervir sobre esta matéria, porque acho que é matéria que deve merecer, sobretudo, algum cuidado quando temos a ousadia de falar, sobretudo com o tom com que foi falado, a propósito da obra da Avenida Álvaro Cunhal. O Vereador Manuel Pisco não me pediu nem fez sinal nenhum durante a sua intervenção, mas eu creio que não compreenderam o que o Sr. Vereador Manuel Pisco aqui, na sua intervenção,

quis dizer. Eu não quero explicar o que é que ele disse, mas gostava de reforçar algumas das coisas que ele disse.

Em primeiro lugar, é absolutamente impressionante. É absolutamente impressionante que dois partidos que estão na fundação da democracia portuguesa demonstrem e apresentem os argumentos que apresentam para justificar a sua total intolerância sobre a inauguração da Avenida Álvaro Cunhal.

Aliás, é muito curioso que, em nenhuma das intervenções, houve qualquer reparo àquilo que é a obra que está associada à própria avenida, que é a requalificação. É muito pouco relevada e portanto, as intervenções demonstram, num tempo em que, não querendo, aqui, catalogar, porque também seria falta de respeito da minha parte, nenhum dos representantes das forças partidárias que intervieram, mas num tempo em que se fala, novamente, de fascismo e em que vivemos um regime fascista no nosso país e em que um dos principais resistentes antifascistas por acaso é Álvaro Cunhal, nós tenhamos esta indisponibilidade e esta intolerância sagaz de dizer: “O problema é que é a entrada da cidade. Incomoda-nos tanto que seja uma entrada da cidade. Se fosse num recanto ou numa esquina qualquer, enfim, seria tolerável, mas de facto é tão pouco cómodo nós entrarmos na cidade de Setúbal e confrontarmo-nos com que o que ali está que temos que demonstrar esta nossa total intolerância.”

Eu queria dizer que nós temos o direito de discordar. Aliás, eu acho que é legítimo da parte de qualquer um dos senhores vereadores e munícipes dizer que não gostam: *“Olhe, não gosto, não gosto do ponto de vista estético, porque não aprecio a obra em si, não gosto das opções que foram utilizadas, do ponto de vista do design do espaço público que foram ali colocadas e, portanto, enfim, não me agrada.”* Isso, creio que é legítimo uma pessoa concordar ou discordar. Creio que os senhores vereadores, qualquer um dos senhores vereadores que intervieram, têm capacidade e inteligência e em outros momentos, até já o demonstraram, sobre outras e diferentes matérias. Aliás, algumas pessoas dos partidos que representam que, em matéria de arte, e nomeadamente, no que diz respeito, que também é relevante, vale a pena, até porque são pessoas cuidadas na intervenção que têm e, sobretudo, na informação que recolhem, se calhar vale a pena uma recolha rápida de alguns quadros intelectuais - e espero que a expressão nem seja sequer a ofensiva, quer do Partido Socialista e, inclusive, do Partido Social Democrata -, sobre a vida e obra, nomeadamente na componente artística, de Álvaro Cunhal. Portanto vale a pena, também sobre essa matéria, termos aqui algum cuidado que, podendo desagradar-nos alguns elementos estéticos que podem estar associados, que num tempo em que ressuscitamos algumas dimensões fascistas no mundo, que de facto esta cidade, que é uma cidade a quem não se deve por princípio, atribuir responsabilidade, enfim abstrata, naquilo que foi o direito à liberdade, mas que soube resistir aos tempos da história, uma história marcada pela luta de trabalhadores durante o fascismo e antes do fascismo, mesmo no princípio do século, uma cidade marcada por tudo aquilo que conhecemos, onde a resistência e a capacidade de lutar pela liberdade sempre foram uma marca indelével, o podermos ter gravuras que são forjadas num espaço de reclusão e que dão nobreza, em termos de arte pública, e termos demonstrado a nossa total intolerância, porque se trata de uma pessoa que, para além de ter também essa componente, foi secretário-geral de um partido, que é o Partido Comunista, parece-me que é um pouco desajustado, perante os argumentos que são aqui apresentados e não tem a ver com o dizer-se que gostamos mais ou se gostamos menos, são os argumentos que são, efetivamente apresentados, é a argumentação para dizer que não acham que é uma utilização indevida.

E depois, permitam-me, que também me parece que é um argumento pouco válido falar de culto da personalidade associado àquilo que ali está apresentado, porque esse é, também, um cuidado, como devem calcular, quando se trata da vida e obra de Álvaro Cunhal, que escreveu sobre o que escreveu, sobre exatamente, o culto da personalidade, não seria de todo muito adequado, da Câmara Municipal, quando fez esta opção, o querer evidenciar exatamente o contrário daquilo que o próprio defendia na sua vida.

Por isso, aquilo que eu creio que o Vereador Manuel Pisco estava aqui a querer referir - e com todo o respeito pelas intervenções que foram anteriormente proferidas pelos senhores vereadores - é que era importante que nós, sem prejuízo das divergências e da discordância a que se assiste num contexto democrático, que se deve aqui pautar, na nossa intervenção, que de facto, devemos ter a capacidade de não alinhar em discursos que, no tempo atual, provocam coisas tão pouco interessantes para aquilo que é a democracia e para a luta política saudável de discussão de argumentos, de pontos de vista, e que nada tem a ver com os argumentos que os senhores vereadores, permitam-me, aqui trouxeram. Trouxeram e ressuscitaram resquícios de outros tempos. Trouxeram questões que nada têm a ver com uma opção que é uma opção que é interessante.

Queria só partilhar com os senhores vereadores que na passada segunda-feira, a propósito de uma circunstância, pessoas interessadas na área do desporto na Câmara Municipal de Setúbal, tiveram conhecimento do facto de Setúbal ter sido Cidade Europeia do Desporto e souberam, nomeadamente, da questão da prova de águas abertas. Visitaram a cidade de Setúbal e nós numa foto, porque passámos pelo complexo, fomos à zona do complexo municipal de Setúbal de atletismo, fizemos um percurso e foi muito curioso. Portanto, não conheciam, não conhecem Álvaro Cunhal, infelizmente não conhecem a sua vida e obra. Passaram pela avenida e foi muito engraçado percebermos os comentários de pessoas que, nada tendo a ver com a cidade, não conhecendo a história da cidade, disseram-me, a propósito disso: *“Que bonito, que interessante a forma como vocês requalificaram esta cidade e o facto de terem posto gravuras. Mas quem é e tal? - Olhe, foi um secretário-geral de um partido, mas não é isso que está aqui registado. – Que interessante, muito bonito. Muitos parabéns à Câmara Municipal de Setúbal.”*

De facto, isto é a opinião de alguém que, não tendo esta relação partidária com a cidade, revela e eu creio que isso é fundamental, também ter essa percepção. Portanto, é de facto, incompreensível a forma e os argumentos que são apresentados para a discordância, que é claramente, no plano político e que não outra, que os senhores vereadores, aqui apresentam.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal - Estou de acordo com o que foi dito pelos meus camaradas, em relação a esta matéria.

Até parece que ninguém está em desacordo com a homenagem, não é? E a ser feita, tinha que ser feita na Avenida Álvaro Cunhal, que é a avenida que existe. Não íamos inventar agora uma praça, uma praca ou um recanto para fazer isso. O que está, assim mais a chocar as pessoas é o impacto que aquilo tem. Eu acho que o impacto que têm aquelas imagens, que são imagens profundamente culturais, pode também ajudar a exorcizar certos fantasmas e tornar natural aquilo que alguns gostariam que não existisse.

Portanto, eu acho que nós vamos habituar-nos todos às imagens que ali estão, à beleza da intervenção que foi ali feita, e vamos também, habituar-nos seguramente, à requalificação, que não está aqui em cima da mesa. Falou o Sr. Vereador Nuno Carvalho, mas eu acho que a requalificação é extremamente relevante. Também acho que foi feita aqui uma sugestão de que se façam coisas semelhantes com outros artistas. Acho que é uma proposta importantíssima. Aliás, a cidade está toda cheia de trabalhos de artistas e vai continuar, seguramente. Seja nas pracetas, seja nas ruas, etc, não é uma novidade colocar trabalhos de artistas, trabalhos de qualidade, de artistas da nossa cidade. É nas rotundas, é nas ruas. Está a acontecer um pouco por todo o lado e ali também aconteceu.

Qual é a dificuldade? É um homem político. E depois? Não estamos em democracia? E depois? Qual é o problema? Eu sinceramente, escapa-me. Agora percebo. É preciso exorcizar os fantasmas e eu estou convencido que aquela instalação pode ajudar a fazer isso em Setúbal. Isso é muito importante.

Em relação à intervenção em Monte Belo, nós ainda em novembro, vamos ter uma reunião com os moradores de Monte Belo Norte, e em dezembro, uma reunião com os moradores de Monte Belo Sul. Pela primeira vez, no caso de Monte Belo Sul. Já há várias reuniões com os moradores de Monte Belo Norte.

5

Aquela avenida não comporta estacionamento, não era essa a perspetiva. Foram feitos alguns estacionamentos novos, junto àquela unidade comercial. Mas, de qualquer modo, estão previstos, no Monte Belo Norte, uma série de estacionamentos já discutidos e analisados com os moradores, incluindo um grande parque de estacionamento no local onde irá aparecer, no futuro, a escola da Quinta da Caiada. Portanto, isto está a ser trabalhado.

Vamos calendarizar estes trabalhos com os moradores de Monte Belo Norte e as coisas estão a rolar.

Em Monte Belo Sul, também vamos fazer reunião e vamos avaliar a questão do estacionamento e outros assuntos de requalificação de Monte Belo Sul. É preciso dizer, quando se fala de estacionamento, que no caso de Monte Belo Norte e Monte Belo Sul, houve coisas que não foram bem-feitas, à época e hoje no caso de Monte Belo Norte, a única solução era demolir edifícios para fazer estacionamento. Isso não é possível, como é evidente, não até porque, naquela urbanização, um espaço considerado no projeto, inicialmente, como um espaço verde ou de equipamento, foi transformado em espaço com dois prédios de 7 ou 8 andares, por decisão municipal e aceitação da proposta do construtor. Portanto, há aqui coisas que não tiveram boa solução. Pode-se ir resolvendo, e respondendo, aqui, à questão que levantou o Sr. Vereador Nuno Carvalho, nós estamos a tentar, na medida do possível, minimizar e resolver o mais possível o incómodo que é a inexistência total de estacionamento naquele sítio, que nem um estacionamento tinha por fogo, e agora, as casas têm dois carros. Portanto, a situação tem que se gerir e tentar viver com isto, mas também, resolver, e nós estamos a resolver. Vão aparecer duas centenas de estacionamentos por ali, gratuitos. Estamos a trabalhar nisso com alguma atenção.

Depois, em relação à requalificação, como já viram, há ali uma solução de amenizar, digamos, a velocidade na avenida. Houve um estreitamento da via. Em geral, tem esse impacto de imediato. Aliás, com o lancil elevado do separador central as pessoas abrandam logo. Foram criadas duas novas passadeiras e vão ser criados dois passadiços com acesso para deficientes, com direção às passadeiras, e manter-se a passagem superior.

Portanto, do ponto de vista da mobilidade, além de ter sido criada a ciclovia, um passeio de grande dimensão, ter-se criado condições para os camiões TIR desaparecerem dali e ficou uma avenida de grande dignidade entre a rotunda dos Golfinhos e a rotunda do Zéfiro. Portanto, neste momento, é mais uma das requalificações urbanas feitas pelo Município de Setúbal. Mais uma das muitas. Naquele caso concreto, fechando ali um eixo de entrada da cidade, até porque a entrada já está. A autoestrada, não há muita coisa a fazer.

Esta já está, agora vai-se tratar ali de um troço até à Cruz Vermelha, para requalificar aquela zona até à rotunda dos Quatro Caminhos. Então, ficamos com aquela entrada de uma grande beleza e com uma requalificação, aliás, elogiada por quem nos visita. Mas, mais importante que isso, elogiada por quem cá vive - e isso é muito relevante.

Pronto, em relação a esta questão, era só esta nota, que a obra continua e vai-se concluir e no final, vai-se verificar a beneficiação real que há para a população que mora naquela zona, além da própria intervenção urbanística. A intervenção urbanística é feita qualificando o espaço urbano, mas para servir a mobilidade de pessoas e até com mais segurança, naquele território. Ainda não está completo o trabalho, ainda não estão sinalizadas as passadeiras como deve ser. Ainda não está, mas vai estar pronto.

Outra questão que foi colocada é a questão da Taxa de Proteção Civil / Contribuição da Proteção Civil. Eu fico muito satisfeito com a declaração do Sr. Vereador Nuno Carvalho, que vem ao arrempeio das declarações do PSD e da intenção de voto do PSD, em relação a esta contribuição, na Assembleia da República. Está declarado, está dito, está firmado, que o PSD vai votar contra esta contribuição. Disse o Rui Rio, publicamente. Parece que o CDS também e parece que o Bloco de Esquerda. Pelo menos nas notícias, não vi nenhuma declaração de ninguém do Bloco de Esquerda, mas as notícias têm referido como o Bloco de Esquerda também estará contra. O que quer dizer que, eventualmente, não passará essa contribuição.

4

Com esse número de votos, não passa. Portanto, o que é que se coloca? Por que é que há esta contribuição? Por que é que houve a taxa? Porque um governo do PSD, ainda de Cavaco Silva, há vinte e tal anos, decidiu retirar do financiamento da proteção civil e bombeiros de todos os municípios, uma contribuição que vinha dos seguros, uma percentagem do esforço e uma percentagem dos dinheiros do jogo. Esse dinheiro foi alocado à Autoridade Nacional de Proteção Civil, que utiliza uma parte para as suas despesas próprias e uma outra parte devolve aos bombeiros voluntários, mas não devolve aos municípios. Setúbal recebia diretamente uma verba.

Depois de muita discussão e muita pressão para que se retome uma linha de financiamento, o Governo do PS decidiu avançar com a Taxa de Proteção Civil, que depois se revelou inconstitucional. E agora, decidiu evoluir para uma hipótese de contribuição, contribuição que tem uma forma, não é uma solução formal e legal muito semelhante às taxas antigas. Antigamente, as taxas eram definidas pelos municípios, de acordo com os critérios dos municípios. Hoje, as taxas são decididas em função do valor real do custo do serviço prestado e há fórmulas de cálculo para obter isso.

Portanto, essa contribuição visava resolver um problema que é do Governo, que é o do financiamento do sistema de proteção civil a nível local, a nível municipal. Essa situação é mais grave para os municípios que têm bombeiros municipais profissionais sapadores. Porquê? Porque, enquanto nos municípios que vivem da intervenção de bombeiros voluntários, uma parte desse dinheiro ainda regressa, ainda que pouco. Depois os municípios, compõem o resto. No caso de municípios que têm, sobretudo profissionais, não veem um cêntimo. Inclusive, os nossos voluntários recebem menos, porque há profissionais, o que é uma coisa um bocado estranha.

Portanto, resumindo e concluindo, do que se trata aqui, em relação à contribuição? Estou a falar de uma verba do jogo de trinta milhões, à volta de cinquenta milhões, jogo e seguros. Mas a Associação de Municípios, com a iniciativa de Setúbal, tem feito propostas de financiamento e fez uma proposta concreta de cem milhões de financiamento para os municípios, uma parte do Orçamento de Estado, uma parte do jogo, uma parte, uma parte, uma parte... E nada disso rolou.

Portanto, neste momento, nós temos na mão do Governo do PS esta matéria. O Orçamento de Estado deveria cobrir estas despesas, o PS não quer meter o Orçamento de Estado nestas despesas ou neste investimento, em proteção e socorro, e decide encontrar uma contribuição. Vamos ver o que é que vai dar, o mais certo é não dar nada. Vai-nos criar um problema.

Nós, como vocês sabem, tínhamos um investimento de cerca de 5 milhões de euros, há uns anos atrás, em proteção civil. Por enfim, ações de gestão, alteração do sistema, conseguimos reduzir para três milhões e meio, mas três milhões e meio é muito dinheiro, em qualquer parte do mundo e é muito dinheiro em proteção civil. Somos dos municípios que, no país, tirando Lisboa e Porto, mais investe em proteção civil e por razões evidentes. Nós temos a Mitrena, temos a serra, temos um tecido urbano brutal. Temos os riscos todos e precisamos de garantir a segurança das pessoas. É evidente que, se não vier o dinheiro, alguma coisa não se fará para se garantir a segurança, mas isso não é normal. O que é normal é o Estado assegurar as suas próprias responsabilidades na garantia da proteção e socorro da população. E, como é evidente, este subterfúgio que o PS está a encontrar para resolver o problema que o PSD criou não vai resolver coisa nenhuma.

Portanto, tem que decidir, OK? E os municípios que têm bombeiros profissionais, no quadro do financiamento das autarquias, na Lei das Finanças Locais – foi essa a proposta que fez Setúbal e que fez a Associação de Municípios, não é? – então vem uma verba alocada em função de uma coisa muito importante que ninguém quer falar, que se chama planos de emergência de proteção e socorro de cada município, porque é a partir dos riscos identificados que justificam o investimento, os meios e os recursos. Essa seria a grande solução para a questão que colocou. Os riscos não são todos iguais, o investimento não pode ser igual.



Agora neste momento, não há qualquer ideia do Governo de colocar dinheiro do Orçamento de Estado para apoio à proteção civil, para além daquilo que já colocou na Autoridade Nacional. Nós aqui, em Setúbal, ao contrário de Lisboa e de Gaia, não indexamos a taxa ao IMI. Indexamos a taxa ao risco real, identificado em cada uma das entidades, com critérios bem definidos, e decidimos isentar as famílias, isto é a habitação, assim como as entidades sem fins lucrativos. Portanto, quer dizer que Setúbal, município, olhando para o consumo global, o investimento global na proteção civil, pouco mais de metade, é um custo que a Câmara assumia e o resto distribuía pelas entidades coletivas lucrativas, as empresas.

Portanto, é este o cenário que temos.

Somos um município que tem feito um grande esforço na Associação de Municípios, foi criada uma mesa de municípios com bombeiros profissionais, por proposta de Setúbal. Há uma série de documentos escritos, há uma série de propostas feitas, há tudo isso, envolvendo municípios de todos os partidos. Estão todos no mesmo barco, com uma insensibilidade atroz, quer dos governos do PSD, quer dos governos do PS, em relação a esta matéria, ao longo dos anos. Insensibilidade atroz.

Por exemplo, Setúbal tem a única equipa de combate químico a sul do Tejo, que vai daqui até ao Algarve. Setúbal é que paga essa equipa. O equipamento foi fornecido pela Autoridade Nacional, parcialmente. Tivemos que recorrer a fundos comunitários para a ter e pagamos a nossa parte, para servir todo o sul do país. Recebemos mais por isso? Não, zero. Gastamos em meios, em recursos, etc, preparação e quando há, atacamos.

Portanto, há um desequilíbrio na perceção destas coisas. Mais, recentemente na Área Metropolitana de Lisboa, definiram-se os pilares estratégicos de desenvolvimento, etc, e alguém se esqueceu desta coisa simples. Um dos pilares estratégicos de desenvolvimento de qualquer coisa física, de qualquer território, é a segurança. Ninguém investe num território que não é seguro. Ninguém investe, fogem a toda a velocidade. A garantia da segurança é uma garantia de investimento, é uma garantia de criação de riqueza, é uma garantia de desenvolvimento, é uma garantia de emprego e de qualidade de vida.

O Estado Português / Governo não entende assim. Entendem que a segurança é, quando há fogos, há os canarinhos, há não-sei-quê, há não-sei-quantos, aquela tropa toda, os helicópteros e tal, esquecendo-se que todos os dias, 24 horas por dia, todos os minutos, todos os segundos, a segurança é garantida pelos bombeiros portugueses e pelo sistema de segurança municipal. Portanto, é um problema de conceção, que determina uma atuação e a atuação é, claramente, errada. O que fazia sentido era nós, PS e PSD, dizermos ao Governo: *"Desculpem lá, nós, aqui em Setúbal, precisamos de um outro tipo de olhares sobre esta matéria."* E está proposto. Os critérios, as formas, etc...

Queria deixar esta informação, visto que a questão foi colocada. Temos para a semana, dia 21, uma reunião na Associação de Municípios, com todos os municípios que têm bombeiros profissionais, para levar uma última proposta ao Governo sobre esta matéria, a ver se ainda vai a tempo de alterar o Orçamento de Estado. Vamos ver o que é que é possível fazer, visto que estamos todos, os municípios com bombeiros profissionais, no mesmo barco. De todos os partidos. Com bombeiros profissionais, da CDU só existem dois, os outros 27 não são da CDU, são do PS e do PSD. Portanto, estamos todos com a mesma posição e todos com o mesmo problema, como é evidente, e todos com a mesma preocupação, que é ter meios e recursos para garantir a segurança das nossas populações, por sinal, dos maiores municípios do país. É só isso. Por sinal, só isso.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Sobre esta matéria, em primeiro lugar, deixe-me dizer, Vereador Rabaçal, só estas questões do PS, do PSD e falar no Professor Aníbal Cavaco Silva, sabe, eu acho que o meu pai tinha para aí a mesma idade que eu tenho agora quando ele governou, começou a governar, e eu agora, vou ser pai de dois filhos, só para termos aqui um bocadinho de perceção do tempo. Compreendo que fale das decisões, etc, mas já tanta água passou por baixo da ponte, que o importante agora, é o presente.



E, como disse e bem, isto é uma questão que tem a ver com todos os partidos e eu peço, aqui, que o PS também perceba esta matéria, porque isto tem a ver com Setúbal e com o Município de Setúbal. Isto não é contra o Governo, ou do PS ou do PSD, ou quem lá estivesse. Não temos nada a ver com isso. Tem a ver com o Município de Setúbal e com uma sobrecarga que nos vai atingir a todos.

Por isso é que eu achava que era importante colocá-la. Daí voltar a fazer a pergunta: percebo que é uma solução que está em discussão, mas eu acho importante que se diga agora e que não venha poluir a discussão mais tarde, o possível impacto que isto pode ter, ou não, no nosso orçamento, da Câmara Municipal de Setúbal. Eu acho que é importante que se diga isso agora, que é para não poluir mais tarde. Não tem a ver com querer dizer que é pelo partido A, B, C ou D, tem a ver com preocupar-se com quem paga, que é o mais importante. Somos todos nós, que estamos aqui no concelho. O resto são outras conversas.

Sra. Presidente – Começando pela proteção civil, eu agradeço a preocupação do Vereador Nuno Carvalho. Não é para agradecer, porque acho que deve ser preocupação de todos, de gente lúcida e que percebe o que é que está em causa. Não é comportável que um município, seja ele qual for, com as características do nosso, com uma península que é uma das mais importantes áreas de concentração de PIB do nosso país, com empresas com aquela dimensão e muitas delas com trabalho em materiais perigosos, não haja a mínima preocupação do Governo. Portanto, o Município de Setúbal que pague. Este município, que foi encontrado quase numa situação de falência, que pague. Este município, que paga um carro de combate químico que funciona a sul do Tejo, até ao Algarve. O Município de Setúbal que pague, que eles não têm nada a ver com isso. É preciso é que o carro esteja operacional quando acontecer um acidente, uma tragédia qualquer, num sítio qualquer. Nesta área geográfica, mas não só, porque quando há uma catástrofe noutra sítio qualquer, nós não estamos a ver se estamos a sul do Tejo, se deixamos de estar e saímos em socorro da população. Seja em Pedrógão, seja onde for, nem que seja em Espanha, os bombeiros de Setúbal estão lá.

E, portanto, isso não diz nada ao Governo. Assim como não diz nada ao Governo o tipo de empresas que estão ali. Mas eram elas só que pagavam? Elas mais algumas pequenas empresas, que não estando concentradas ali, também pagavam. Nós temos, na área do BlueBiz Park, também empresas importantes. Outras empresas, aí espalhadas pelo concelho, também pagavam, sendo que a maior concentração e o maior pagamento, vinha daquela península da Mitrena.

Não lhes diz nada. O desrespeito é tão grande que não nos recebem há mais de um ano. Nós estamos à espera da discussão na especialidade desta área, para nós tomarmos outras medidas. Vamos ver o que é que acontece. O desrespeito é tão grande que não nos recebem. Já foram 3 cartas, para 3 pedidos de audiência ao senhor ministro.

Não está nem aí. Não está nem aí para a taxa de proteção civil, não está nem aí para o SEF. O SEF, que é uma vergonha. Às cinco da manhã, quatro da manhã, filas de pessoas, desprotegidas, à espera de serem atendidas, por eles, pelo SEF, ou que em último caso, venham para a porta da Câmara Municipal, quando não há funcionários do SEF. Não há proteção no SEF. Que Governo é este?

Portanto, é isto que está a acontecer com este ministério. Mas há mais. A situação que viram da PSP, em Sintra, não é única. Aqui está quase lá. Nós daremos, brevemente, também conta de números. Aqui, está quase lá. Vieram 10 efetivos da polícia, foram-se embora quase 20, para serem colocados em Lisboa. O mesmo ministro, o mesmo ministério. Depois de pedidos de audiência, em relação a isto, não dá resposta, mas isto é que os senhores vereadores do Partido Socialista não falam.

Em relação à taxa de proteção civil, é isto. Vamos ver como se vai desenrolar, nas próximas semanas, esta situação.



Em relação ao orçamento, é evidente que vai ter sérios impactos. Nós não vamos aumentar o orçamento, vamos ter que cortar outras coisas, porque a proteção e socorro é que não vai deixar de existir, como nunca deixou de existir até este momento. Nós aumentámos a recruta, temos 100 membros dos bombeiros, neste momento. Estavam 70 e tal, 80 e tal pessoas, neste momento estão 130 operacionais. Nós é que temos que pagar fardamento... Tudo, tudo, tudo, não é?

São quase 5 milhões para os bombeiros sapadores e mais apoio aos nossos bombeiros voluntários, como não pode deixar de ser, porque o subsídio que recebem do Governo é muito pequeno, face às responsabilidades financeiras, para terem operacionalidade, como é óbvio. No nosso distrito não há mais nenhuma companhia de bombeiros sapadores. A sul do Tejo não há nenhuma companhia de bombeiros sapadores, não é? O resto está em Lisboa (há 1 em Faro), Coimbra, Porto, Gaia... Portanto, são poucos, mas não há respostas. Os outros municípios dão uma comparticipação, não têm a responsabilidade de pagar salários, de pagar os carros, a manutenção dos carros, o combustível dos carros, tudo e mais alguma coisa. Não têm essa responsabilidade, porque isso está nas corporações de bombeiros voluntários, que têm que assumir essa responsabilidade e têm uma comparticipação do Estado. O resto, os municípios que paguem, que ajudem. Todos os municípios praticamente, ajudam os seus bombeiros da sua terra, não é? E, portanto, nós grandes municípios, temos esta responsabilidade.

Há uma ausência de respeito e de responsabilidade, face a esta situação, à proteção e socorro das populações. É, como dizia o Presidente da Câmara de Sintra, do Partido Socialista, numa entrevista, anteontem ou ontem, já não sei bem, acerca da PSP: *“O Governo abandonou a nossa população, em Sintra.”* Eu adorei ouvir isto, da parte do Dr. Basílio Horta. Adorei ouvir, porque é exatamente aquilo que nós vamos dizer: *“O Governo abandonou a população de Setúbal à sua sorte”*, em relação a esta grande problemática. É uma grande problemática, que se arrasta já há muitos anos. Isto sim, isto é que são problemas.

Eu fico muito triste com as intervenções, aqui, dos nossos vereadores, no século XXI. É que estamos no século XXI. Fico espantada com estas observações.

Mas já agora, quero lembrar que a Avenida Álvaro Cunhal, como estarão lembrados, foi votada por unanimidade, o topónimo, a atribuição do topónimo, por unanimidade. Depois, em relação à sua requalificação, também quero lembrar que já gastou até muito mais, para cima, do Zéfiro para cima, com a requalificação da Avenida Álvaro Cunhal. Também é Avenida Álvaro Cunhal, mas por acaso, aí ninguém disse nada. É fantástico, porque para cima, também é Avenida Álvaro Cunhal e nunca teve passeios.

Esta cidade foi, de facto, uma cidade esquecida, marginalizada, maltratada. O Vereador Fernando Paulino diz que não acredita que as pessoas tinham vergonha de dizer que viviam em Setúbal, tinham vergonha de dizer que nasceram em Setúbal e eu apresento-lhes algumas. Portanto, essa cidade, que não tinha passeios, que não tinha... O que era isso de corredores centrais e tal? Foi primeiro tratada lá para cima, se é que estão lembrados. Foi primeiro tratada lá para cima e, por acaso nesta parte de baixo, que nós tínhamos um projeto já há algum tempo, para começar a fazer, para recomeçar, até no viaduto, que estava com grandes buracos, onde as pessoas passavam, numa via que não tinha passadeiras, que não tinha passeios ou era estacionamento de TIR, que do lado direito se construíram prédios que foram autorizados no anterior executivo, anterior à CDU. Foram autorizados sem garagens, sem estacionamento, etc. Aquilo, era uma lixeira do lado direito e uma lixeira do lado esquerdo, um bocadinho menos do lado esquerdo, mas também, sem grande estacionamento, quando se vai no sentido do Zéfiro. Um bocadinho menos, mas também, com graves constrangimentos em relação a estacionamentos etc, mas do lado direito, lixeira e desorganização autêntica. Disso é que deviam ter vergonha.

Foram agora demolidas umas construções, ali na Azinhaga dos Espanhóis na rua Flávio Resende, uns prédios que ali foram construídos com umas barracas no meio da rua e depois, dava-se a volta à rua, para continuar aquela mesma rua. Isso é que foi a gestão do Partido

Socialista. Disto é que deviam ter vergonha. Agora deviam estar muito traumatizados. Agora estamos a abrir essa rua. Não tivemos só a preocupação de tomar conta ou de homenagear Álvaro Cunhal. Continuamos com a preocupação de continuar a ter cuidado com a mobilidade das pessoas, a criar as rotundas para uma melhor mobilidade, a tomar conta do ar, a tomar conta das ruas, a tomar conta das escolas que ficaram numa vergonha. Encontrámos escolas que eram uma vergonha. Os pré-escolares não existiam e os que existiam eram uma vergonha. Tudo, tudo era uma vergonha, nesta terra. Tudo uma vergonha e um nojo.

Portanto, hoje assistimos de facto a quê? Ao Partido Social Democrata, não tanto, mas é compreensível, que em devido tempo, tomou nas suas mãos, é verdade, o seu, neste caso, um líder histórico do seu partido, uma figura pública e política de grande dimensão nacional e internacional. Tomou nas suas mãos, a homenagem a esse homem, mas que nós cuidamos sempre. Mandamos pintar, mandamos tratar do jardim, mandamos cuidar daquilo. Cuidamos sempre.

Era se calhar, o melhor sítio de Setúbal, na altura. Não era se calhar. Era com toda a certeza, o melhor sítio de Setúbal. Estava escondido, era um bairro residencial escondido, mas era o melhor de Setúbal. Peço desculpa, era o melhor de Setúbal e o PSD, e bem, pôs no melhor sítio de Setúbal, o seu líder político. Eu gostava de saber se tinha projeção, se tinha alguma beleza a cidade, a entrada da cidade de Setúbal. Por qualquer ângulo que se entrasse na cidade, se havia uma entrada da cidade. Qual delas era a melhor ou qual delas era a pior, antes assim dizendo. Qual delas era a pior?

Se elas, hoje têm dignidade, fomos nós que as criámos. Se elas, hoje têm dignidade, se os bairros sociais têm dignidade, fomos nós que criámos essa dignidade, porque no tempo do Partido Socialista, não tinham dignidade, de certeza absoluta, como toda a gente sabe. No tempo do Partido Socialista, nenhum bairro tinha dignidade. Portanto, as entradas da cidade, como sabem, não tinham dignidade.

A bacia de retenção. A bacia de retenção não está mal construída. Está exatamente com água e, por isso, está bem construída, porque se tem água, é porque está bem construída. Não é que está mal construída, como dizem alguns. A bacia de retenção, que sempre lá esteve, nem se lembravam que ela existia, para tratarem dos problemas da chuva. Também é uma entrada da cidade, faz parte da entrada da cidade, quer dum lado, quer do lado de Azeitão, quer do lado de quem vem de Lisboa. São entradas da cidade. Nem se lembravam que aquilo lá existia. Era um ninho de lixo e, portanto, isso é que nos orgulhamos de fazer. Século XXI. Um homem com uma dimensão política, uma dimensão humanista, uma dimensão intelectual e artística fora do comum. Um homem que tinha uma avenida, mas queriam que nós homenageássemos. Queriam não! Nós é que quisemos a homenagem, mas queriam era que a homenagem fosse escondida. No século XXI, é impressionante. Gostariam que este homem estivesse escondido num larguinho, num jardimzinho, num becozinho, para não dar muito impacto, porque aquilo dói. Mas dói o quê? Aquilo é demais. Mas porquê? Nem souberam cuidar dos deles, porque de facto, não há nenhuma homenagem a uma figura política com a dimensão que o Partido Socialista tem várias. Tem, ou teve, já várias. Nunca deram conta delas, mas foi nas nossas reuniões que se atribuiu o maior número de topónimos a figuras do Partido Socialista. Foi nas nossas reuniões e não nos arrependemos, porque conhecemos todas as pessoas e votámos favoravelmente para esses topónimos e, até inclusive, medalhas da cidade, como eles próprios nunca deram. Nós temos a relação das listas das pessoas que foram homenageadas, quer de uma forma, quer de outra, quer com a criação de topónimos, quer pela atribuição da medalha da cidade.

E, agora, estarem preocupados? *“Metam o homem lá num cantinho.”* Mas, o homem incomoda? Um homem que deu a sua vida para que a liberdade dos outros acontecesse. Um de entre muitos, é verdade, entre muitos que deram a sua vida para que nós estivéssemos, hoje, aqui sentados. Incomoda? Dói? Isto é que é uma vergonha. Uma intervenção destas é que é uma vergonha.

Tem visibilidade? Pois tem. Hoje, há uma bonita entrada na cidade de Setúbal. Deixaram construir, no tempo do Partido Socialista, uma autoestrada que acaba dentro de uma cidade. Eu nunca vi isto em lado nenhum, uma autoestrada que acaba dentro de uma cidade.

Fomos nós que a dignificámos, que a mudámos e, dizerem-nos, aqui: *“Assim sim, uma homenagemzinha. Aquilo... Mas, quem foi o homem?”* Então, mas quem foi Sá Carneiro? *“Homenagear figuras da terra e tal...”* Mas, Sá Carneiro era da terra? Antero de Quental era da terra? Camilo Castelo Branco era de terra? O Almirante Reis era de terra? Eram gente do país. Gente do país, que deram muito ao país, uns através da sua intervenção políticopartidária, outros através da sua intervenção cultural.

Isto é uma vergonha. Não estava nada à espera, ainda por cima, o Partido Socialista aqueles que parece que mais se ofenderam, eles que deveriam dizer: *“Foi este homem que fez do nosso líder partidário um Presidente da República.”* É incrível. É engraçado, é característico. No Partido Socialista, normalmente, não há um sentimento de reconhecimento ou de agradecimento. Foi este homem que disse: *“Toda a gente vai tornar o líder do PS um Presidente da República.”* Foi ele que fez isto, e agora, dizem para o homem se esconder num jardim ou num beco. Ele aparece à frente daquela avenida, porque o que estávamos a fazer daquela avenida era a homenagem dos seus 105 anos de nascimento, e, portanto, decidimos pôr na rua aquilo que ele desenhou na prisão, enquanto esteve 8 anos, dos muitos anos que esteve preso, na solitária. 8 anos na solitária e ver o Partido Socialista, a quem nós damos governos, a quem nós damos presidentes da república, a dizerem que aquele homem devia estar num beco ou num jardim.

No século XXI. Acho isto incrível. Como é que é possível, ainda, às vezes, um munícipe, daqueles às vezes mal informado ou coisa assim: *“Mas quem foi Álvaro Cunhal? Não fez nada pela nossa terra.”* Então, ma, não fez para a nossa terra? Não lutou para que esta terra, que faz parte de Portugal, também fosse livre? Não fez nada pela nossa terra? Agora, ser o Partido Socialista, um partido organizado, um partido do Governo, a dizer uma coisa destas, acho que o António Costa vai achar isto uma coisa...

Quando eu o vir: *“Você sabe o que é que os seus camaradas disseram?”* Eu acho que ele vai dizer: *“Eu não acredito, mas faz parte.”* Faz parte, dizem eles, porque, para mim, não faz parte. É, de facto, um choque. Século XXI. É um choque eu ouvir isto, 42 anos depois do 25 de Abril, ouvir isto: *“Sim, sim, mas devagarinho.”* É como aquela anedota: *“Mas, diz-me lá um bicho que voa: - Ah, o jacaré e tal... Eu sou filho do fulano da KGB. - Ah, pois, pois, o jacaré voa, mas é baixinho, não é?”* Isto é igual: *“Sim, sim, homenagem, mas baixinho, lá num beco, lá num jardim, lá num cantinho.”* Acho isto incrível. Se ele pudesse cá vir, eu dizia-lhe: *“É só para veres como é que o Partido Socialista funciona com as pessoas.”*

Já agora, em relação ao estacionamento, nós já tínhamos dito na última reunião e vamos lembrar outra vez. Neste projeto que tivemos, do *“Ouvir a População, Construir o Futuro”*, identificámos cerca de 47 estacionamentos gratuitos, que vamos fazer. No âmbito deste projeto, em todas as freguesias, uns mais pequeninos, outros médios.

No Monte Belo Sul, ao pé da Delícia Latina, vai haver um grande parque de estacionamento, que já devia ter começado, e que, por questões climatéricas, ainda não veio o Regimento de Engenharia começar. Vai haver aí um parque de cerca de 300 lugares. É um parque gratuito. Eles vão fazer metade do trabalho, porque vão entrar com as máquinas e a Câmara Municipal com os meios, os asfaltamentos e isso. Somos nós que vamos fazer a outra parte.

Também, no seguimento de uma reunião que o Vereador Rabaçal fez com os moradores desse lado, em relação à intervenção que a Junta de Freguesia fez, porque a Junta de Freguesia fez do lado direito. Tem sido a Junta que tem estado a tratar e, portanto, os moradores solicitaram ali alguns lugares. De facto, não estava previsto no projeto inicial desta requalificação, que já tinha mais de 2 anos para se começar. Portanto, não estava no projeto nenhum estacionamento.

4

No seguimento desta reunião, a junta vai ainda fazer mais alguns estacionamento. Havia um espaço que ia ter uma rampa, para chegar às 2 palmeiras que lá estão isoladas, e não vai haver aí essa rampa. Portanto, vai ser só estacionamento.

Leu a saudação "RM Guest House – The Experience – Prémio World Luxury Hotels – Awards 2018", ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 8:

"A Câmara Municipal de Setúbal saúda os empreendedores responsáveis pela RM Guest House - The Experience, situada na Avenida Luisa Todí, pelo prémio Global que obteve na categoria Luxury Guest House dos World Luxury Hotels Awards 2018.

A cerimónia de entrega dos que são considerados os Óscares da indústria hoteleira tiveram lugar no Ayana Resort and Spa, em Bali, na Indonésia, cerimónia em que o estabelecimento setubalense foi representado por Rita Martins e Romeu Martins.

A RM Guest House foi um dos 31 estabelecimentos hoteleiros que, em Portugal, foram reconhecidos com vários galardões nesta cerimónia em que se entregaram prémios a um total de 976 hotéis em todo o mundo.

A entrega deste galardão representa, em primeiro lugar, o reconhecimento da qualidade da RM Guest House e o empenho que os seus proprietários colocaram na sua criação. Merecem, por isso, a nossa mais calorosa saudação, com o desejo de que possam continuar a colocar o seu saber ao serviço da hotelaria do nosso concelho.

Representa, por outro lado, o reconhecimento das enormes capacidades e potencialidades turísticas de Setúbal, potencialidades que a autarquia tem explorado com grande intensidade nos últimos anos. Tal tem sido garantido com permanente investimento na requalificação urbana da cidade e do concelho, assegurando, desta forma, a criação de novos motivos de atração, mas também com enorme esforço de promoção do destino Setúbal nos mercados internos e externos. Paralelamente, tem sido concedida grande atenção a todas as intenções de investimento nesta e noutras áreas, criando as necessárias condições para o seu sucesso. Mais importante, contudo, é realçar o empenhamento dos empresários que manifestaram total confiança em Setúbal, entre os quais Rita e Romeu Martins, e que, também com o empenhamento municipal, estão, rapidamente, a transformar o nosso concelho num dos mais atrativos e qualificados polos turísticos do país."

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Só queria, naturalmente, associar-me a esta saudação e desejar a continuação deste bom trabalho, porque não é só o vosso negócio que está aqui representado, é o sucesso de uma cidade e de um concelho. Portanto, vocês singraram por todos nós. Muito obrigado.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Nós associamo-nos, naturalmente, também a esta saudação, dizendo e realçando o arrojo da vossa iniciativa. Continuem, que nós precisamos de investidores como vocês, capazes e sem medo. A cidade agradece. Muito obrigado.

Leu a saudação "108.º Aniversário do Vitória Futebol Clube", ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 9:

"O Vitória Futebol Clube celebra no próximo dia 20 de novembro, 108 anos de existência, razão suficiente para uma enorme saudação a esta também enorme instituição da nossa cidade.

O Vitória Futebol Clube é um clube com um passado e uma história das mais ricas do panorama desportivo nacional. O Vitória de Setúbal durante estes 108 anos de vida, alcançou títulos e troféus em diversas modalidades desportivas, mas aliou sempre essa componente desportiva e competitiva e também profissional a um papel de instituição que soube integrar socialmente os seus atletas.

O Vitória Futebol Clube tem na sua massa associativa, nos homens e mulheres que compõem a "Família Vitoriana" a sua real riqueza. Os adeptos do Vitória são fiéis e incondicionais apoiantes das suas equipas e da vida do seu clube, nos bons momentos e sobretudo nos momentos mais difíceis.

4

Na passagem de mais um aniversário desta enorme instituição, deixamos votos de novas conquistas desportivas e de continuidade de um grande clube que sabe respeitar o nome da uma grande cidade.

O Vitória Futebol Clube precisa de todos!

O Vitória Futebol Clube precisa de Setúbal!

Setúbal precisa do Vitória Futebol Clube!

Viva o Vitória!"

Sra. Presidente – Leu a saudação “108.º Aniversário do Vitória Futebol Clube”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 10:

“A Câmara Municipal de Setúbal saúda o Vitória Futebol Clube por mais um aniversário na sua já centenária existência.

Afirmar apenas que saudamos o nosso maior clube pode parecer pouco, mas esta saudação simboliza todo o sentimento de admiração que a cidade, a região e muitos pelo mundo fora nutrem pelo que é um dos maiores clubes nacionais.

Neste 108º aniversário reafirmamos o nosso empenhamento no apoio ao clube no contexto das capacidades e responsabilidades municipais, apoio que tem, aliás, sido uma constante ao longo dos vários exercícios autárquicos no nosso concelho.

A Câmara Municipal é, com toda a certeza, uma das maiores apoiantes do Vitória e continuará a sê-lo, pois o Vitória, com todos os seus pergaminhos, será sempre o clube que mais longe leva o nome da nossa terra.

Reafirmamos o nosso compromisso de caminhar ao lado do clube, respeitando, como não podia deixar de ser, a sua identidade e autonomia. A Câmara Municipal será, em qualquer circunstância, uma parceira disponível para apoiar o Vitória a encontrar as melhores soluções que garantam a sua continuidade como grande clube que foi, ainda é e continuará a ser. Saudar o Vitória pelos seus 108 anos é também homenagear Setúbal e todos os que, sócios ou não, se alegram e entristecem com o seu clube do coração.

Mais do que evocar a história do clube, os troféus que ganhou e as glórias que alcançou, importa, acima de tudo, homenagear todos os que fizeram o clube ao longo destes 108 anos, desde os seus fundadores e dirigentes, aos seus trabalhadores e atletas, todos eles peças determinantes para os muitos sucessos alcançados.

Porque o Vitória é parte indissociável da forte identidade sadina e sem ele estaríamos amputados de um pedaço fundamental da alma setubalense.

A Câmara Municipal, neste momento de celebração, reafirma a sua vontade de ver o clube ir cada vez mais longe nas competições desportivas em que participa, mostrando que Setúbal será sempre uma cidade desportiva. Endereça, igualmente, à direção do clube e a todos os associados os mais sinceros parabéns por este aniversário e deseja ao clube a continuação da sua já longa e profícua existência.”

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Leu a seguinte moção, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“É reconhecida a importância económica de todos os operadores económicos que utilizam o Porto de Setúbal como infraestrutura logística para a sua atividade.

A sustentabilidade da atividade económica do Porto de Setúbal e sustentabilidade da atividade dos operadores económicos que utilizam o Porto de Setúbal são realidades que, ainda que tenham ligação, são distintas.

No quadro da operação económica do Porto de Setúbal a análise à sustentabilidade económica tem que encarar necessariamente diferentes prismas tais como ambiental, social entre outros. Contudo a criação e/ou manutenção de postos de trabalho são um dos indicadores que ajudam analisar o efeito benéfico de qualquer atividade económica.

As entidades patronais e os trabalhadores ligados à atividade da estiva de diferentes portos marítimos em Portugal já divergiram no passado sobre as condições contratuais. Contudo

4

dentro desta situação existe a especificidade de cada porto marítimo e naturalmente interessa abordar a especificidade da realidade que ocorre no concelho de Setúbal.

Não é benéfico para a economia local e nacional a existência de postos de trabalho onde situações de exceção na contratação se tornem situações de regra.

Registaram-se relatos de trabalhadores que realizam o trabalho da estiva descrevendo a realização de um contrato por turno, o que origina a realização de dezenas, ou em certos casos centenas de contratos entre um único trabalhador e uma única entidade patronal o que por sua vez retira ao trabalhador direitos, tais como subsídio de férias, subsídio de natal, período de férias, baixa médica, etc.

A situação relatada pelos trabalhadores que realizam o trabalho de estiva no Porto de Setúbal refere uma prática com mais de 5 anos – existindo relatos de casos com 20 anos.

Importa perceber o contexto que conduziu a esta situação, ou seja, se se trata de uma imperfeição da lei ou de um eventual incumprimento da lei.

Seja qual for a situação há trabalhadores que merecem ver reconhecidos direitos que hoje se entendem como normais e comuns a todos, seja pelo cumprimento da lei ou se necessário pela sua alteração.

Sublinhe-se igualmente que a importância e urgência na resolução deste problema impõe-se pela forma como uma parte significativa do tecido económico da região Setúbal está a ser afetado com especial incidência na indústria exportadora que utiliza o Porto de Setúbal.”

Sr. Vice-Presidente - Como a prevenção de que eu, definitivamente, passo a considerar que o nosso Vereador Nuno Carvalho é um desalinhado do PSD, quero-lhe dizer que, em matérias de princípios laborais, sobretudo, o PSD sempre se tem pautado por ser um paladino do liberalismo laboral. O Sr. Vereador reflete, aqui, uma posição que não é representativa das habituais posições do PSD.

Portanto, é sem nenhuma ironia que estou a dizer que acho que, definitivamente, o Sr. Vereador é desalinhado do PSD em diversas matérias. E é nessa consideração que lhe digo que, não sendo votada a moção, porque não a propôs dentro da ordem de trabalhos, só por isso, tal não me impede de lhe manifestar o meu apoio ao que está expresso nessa moção, porque é uma realidade.

Há formas de contratação de trabalho que são completamente anacrónicas. Elas subsistem, ainda, na área portuária e se temos uma empresa que, de facto, é constituída para trabalho temporário e é titulada pelos operadores principais dos portos, é o caso de Setúbal, na Setulset também é assim, julgo que há 7 trabalhadores com contrato permanente - ou havia, até há pouco tempo, um número assim pequeno - para 92 trabalhadores que têm um contrato não permanente, ao longo do dia. Portanto, essa extrema precaridade, que é anacrónica, mas subsiste nos portos, merece de facto, um reparo e uma censura para todas as partes envolvidas com responsabilidade na formação dessa relação de trabalho, que já não se justifica, a começar pelo legislador.

A legislação laboral não pode ter nichos de antiguidade quando se trata de trabalho portuário, onde se trata do trabalho de estiva. Deve ter uma regularização para todas, de acordo com os princípios do direito do trabalho, em todos os setores. Nesse sentido, eu quero-lhe dizer que me associo ao teor dessa moção, lamentando os efeitos extremamente nocivos, porque se trata do setor que é, para a economia do país e dos operadores do porto e para o equipamento do próprio porto e da cidade de Setúbal, consequentemente.

Portanto, há de facto, um prejuízo grande, o facto de não haver na realidade, uma solução negociada, convencionada e aceite pelas partes e haver uma atitude patronal que, de facto já não é esta, não é destes tempos, que é de facto, de lamentar restando exortar que haja um posicionamento mais de acordo com as normais expectativas dos trabalhadores, a legitimidade dos seus direitos, porque têm direito a um contrato de trabalho quando os postos de trabalho são permanentes, seja na função pública, como aconteceu há pouco tempo, com o processo



do PREVPAP, seja nas empresas privadas, ou seja nos operadores da estiva, no trabalho portuário. Portanto, eu subscrevo essa posição sem precisar de a votar.

Sr. Vereador Fernando Paulino – O Partido Socialista também se associa, obviamente, a esta moção, porque encerra em si preocupações laborais, preocupações sociais que nós, obviamente, defendemos. Nós queremos ver erradicado do contexto laboral todo o trabalho precário. Portanto, é uma moção que é bem-vinda, independentemente de onde ela venha, e saudamos esta posição do Vereador do PSD, Nuno Carvalho.

Sra. Presidente – Eu queria dizer que subscrevo na íntegra. Finalmente, estamos de acordo. Assino por baixo. Subscrevo na totalidade esta moção, sem ter que a votar, mas ficará registado o meu apoio, na íntegra a esta moção, sendo certo de que não é só isto, como sabe. Gostava de realçar também, que há algumas manipulações, também por trás. Independentemente desta base, que tem que ser defendida, também mostrar alguma preocupação por manipulações individuais - não estou a dizer partidárias -, de protagonismo, que estão, também, na base desta greve. De facto, esta questão é uma questão que nos preocupa a todos sobremaneira, porque pode estar em causa não só a afetação da economia. Pode passar, até, pela deslocalização de algumas empresas, o que é gravíssimo para o nosso concelho e para a nossa região.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Antes de mais, deixe-me dizer, Sr. Vereador Manuel Pisco, que eu compreendo a sua questão. Não é que eu concorde, mas sabe que o PSD... e qualquer dia, com certeza se calhar, podemos falar um bocado mais à vontade sobre isso, sem ser numa reunião de Câmara, mas eu conto-lhe as histórias de alguns meus companheiros de partido, naquilo que são as suas questões e as suas lutas laborais e vai ver que, efetivamente no que diz respeito ao respeito pelo trabalho, não há nenhum partido, felizmente no nosso parlamento e na nossa democracia, que não tenha essa preocupação. Temos é às vezes, abordagens diferentes, mas no respeito pelo trabalho e pelos trabalhadores, não há nenhum que não tenha essa preocupação. Aliás, por isso é que há presidentes dos sindicatos, creio eu, em todos os partidos. Nós, na Assembleia Municipal, temos um presidente de um sindicato, que está aqui sentado atrás de mim. Portanto, se é do sindicato, naturalmente é do trabalhador.

Pois, essa questão, eu compreendo-a, mas não concordo. A questão que a Sra. Presidente colocou, que é muito importante. A possibilidade de deslocação, ou não, de empresas que aqui estão sediadas e que precisam de uma infraestrutura do porto, é uma questão muito importante. Efetivamente, há uma sociedade que tem que fazer a sua negociação com os trabalhadores e esperemos que a façam no melhor sentido possível e essa sociedade é participada, também, por operadores, que são os interessados na exportação, mas maioritariamente, é participada por quem tem “*know-how*” neste tipo de operação, é importante que se lhe diga.

Os outros participam porque têm interesse em participar, mas esse não é o seu “*core business*”, não é a isso que se dedicam. Há uma outra multinacional e isso não é irrelevante dizê-lo, porque essa multinacional está presente em todos os portos, a fazer isto, menos no de Sines. Portanto, se pensarmos que alguma empresa, algum dia, se possa deslocar do porto de Setúbal para outro sítio, esta empresa nunca perde.

Estas questões devem ser ditas e faladas desta maneira, com todas as letras que isto tem e que isto significa, e não podemos ter receio de dizê-lo, aqui, de uma forma pública, porque é crucial que se vejam reconhecidas e tratadas algumas questões. Se a questão é legal que seja tratada de forma legal e se a questão é da lei que se altere a lei, mas, haver 92 famílias que têm no seu seio uma pessoa que trabalhe nesta operação e que, por SMS, é que sabe, todos os dias, se vai, ou não, trabalhar... Por turno. É um contrato por turno, não é por dia. Significa que a pessoa, no mesmo dia, pode ter dois contratos e nunca se sabe se aquele é o último contrato.

Eu não quero saber se isto é uma questão legal ou de lei. Todos nós queremos é que isto seja resolvido. Isto é um drama de famílias, uma coisa impressionante. Eu faço “*mea culpa*”, recebi as pessoas, falei com elas. Eu soube disto há pouco tempo, mas faço “*mea culpa*”. Estamos a falar de um drama familiar. As pessoas, para terem férias, têm que trabalhar mais, reforçar, porque não têm direito a férias. Mas têm direito a descontar para a segurança social, isto é uma coisa abismal. Baixa médica, não têm direito.

Sra. Presidente – Têm direito, não, têm obrigação de pagar as contribuições...

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Exato, ou seja, têm que pagar as contribuições. Só teriam direito a, porventura, subsídio de desemprego. Há pessoas há mais de 5 anos e 6 anos nesta condição. Isto não é aceitável. Ou seja, quando nós tocamos no extremo, aí estamos todos de acordo. Uma coisa é tentar moderar aquilo que é a Lei do Trabalho num campo e numa discussão moderada. Podemos concordar mais para a esquerda ou mais para a direita. Agora, isto é uma situação de extremo.

Independentemente da importância económica que existe, há que se dizer aqui uma coisa, quando se tem uma determinada dimensão enquanto empresa, tem-se também, responsabilidades. Eu digo isto porque há empresas de Setúbal, que estão no nosso concelho, que participam nesta empresa que contrata estas pessoas. Não são maioritárias, não são, nem é isso que elas fazem na vida. Elas estão lá porque estão interessadas e decidiram participar, mas não me parece que a questão deixe de ser colocada sobre o operador que tem esta operação em todos os portos menos em Sines, que é uma multinacional.

Portanto, não me digam agora que isto não é assim. Há milhares de pessoas neste país que têm negócios dedicados à sazonalidade, perdão, em que existe sazonalidade, e não trabalham com trabalhadores eventuais desta maneira. Isto não pode justificar esta situação. É impossível, não pode. Não acredito que isso possa acontecer. Aliás, está o meu compromisso assumido que esta questão vai ser levada aos deputados de Setúbal.

E aí é o que eu digo, Sr. Vereador Manuel Pisco, se calhar eu ainda ponho o PSD mais alinhado comigo. Se calhar, é ao contrário. É o Século XXI, como dizia a Sra. Presidente.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 12.

Índice

A) *Período de Antes da Ordem do Dia*

- 1. *Informações à Câmara (eventual apresentação).***
- 2. *Assuntos diversos de interesse para a autarquia.***

B) *Período da Ordem do Dia*

- 1. *Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 17 de outubro de 2018.***
- 2. *Deliberação n.º 321/18 – Proposta n.º 06/2018 – GATUR – Aceitação de doações – Feira de Sant’Iago 2018.***
- 3. *Deliberação n.º 346/18 – Proposta n.º 86/2018 – DAFRH/DIGEF – 12.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 11.ª ao Plano de Atividades Municipais e 11.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.***
- 4. *Deliberação n.º 347/18 – Proposta n.º 88/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência do direito de superfície, a constituir sobre uma parcela de terreno, sita em Monte Belo, à APPACDM de Setúbal.***
- 5. *Deliberação n.º 348/18 – Proposta n.º 89/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Protocolo de Cedência e Cooperação, a celebrar com a Junta de Freguesia de***

Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e a Associação Cultural Sende | "Azinhaga do Holandês".

6. *Deliberação n.º 349/18 – Proposta n.º 87/2018 – DAFRH/DIRH – Processo Disciplinar N.º 6/2017 – DAFRH/DIRH/CM-GC – Contra Nuno Miguel Castelo Branco Cabral Graça.*
 7. *Deliberação n.º 350/18 – Proposta n.º 108/2018 – DCED/DIDES – Isenção de taxas em equipamentos Desportivos Municipais.*
 8. *Deliberação n.º 351/18 – Proposta n.º 109/2018 – DCED/DIDES – Aceitação de doação – S.P. Televisão, S.A..*
 9. *Deliberação n.º 352/18 – Proposta n.º 110/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Outdoor Clube de Setúbal – 6.º Duratrail Internacional.*
 10. *Deliberação n.º 353/18 – Proposta n.º 03/2018 – GAVPSD – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) do ano de 2018 – Aplicação da taxa do IMI Familiar.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 14 de outubro de 2018

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos dos Srs. Vereadores Sandra Gomes e Joel Marques, por não terem estado presentes nesta reunião.

2. Deliberação n.º 321/18 – Proposta n.º 06/2018 – GATUR – Aceitação de doações – Feira de Sant'ago 2018

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 13.

Sr. Vereador Joel Marques – Até aceito que uma entidade que faz uma doação prescindida da declaração para efeitos fiscais. Está no seu direito. Aquilo que continuo sem perceber é como é que a proposta de aceitação de doações, quando algumas dessas doações são, podemos ver logo pela primeira, da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal, são um apoio monetário, e, portanto, não é um bem a que se possa atribuir um valor, é um apoio monetário e o dinheiro que entra no município. Naturalmente, para a Feira de Sant'ago, mas eu não consigo perceber como é que um apoio monetário, é dinheiro que entra em caixa, no Município, naturalmente para a Feira de Sant'ago, não há um valor, não se dá conhecimento desse valor. Não faz sentido que assim seja.

Sra. Presidente - O diretor está a dizer que a entidade é que não quis que se pusesse aqui, que fosse público, mas nós podemos dar-vos o valor que foi recebido.

Sr. Vereador Joel Marques – Sra. Presidente, é uma questão de transparência.

Sra. Presidente - Pois está bem, mas se a entidade não quer... Nós podemos dar à oposição o valor que entrou.

Sr. Vereador Joel Marques - Vamos ver. Naturalmente, não está em causa a aceitação das doações.

Sra. Presidente – Estou a dizer que, por uma questão de transparência, vocês podem ter o valor que entrou.

Sr. Vereador Joel Marques - Por uma questão de transparência, o município deve dar pública nota, parece-me. Portanto, alertava para que, em próximas atividades em que haja doações, haja este cuidado, antes da aceitação efetiva das doações, dar nota às entidades que pretendem fazer doações que uma doação dada a um município, deve ser, por uma questão de transparência, de conhecimento público o seu valor.

Tendo que ser do conhecimento público, aqui a vontade da entidade em querer ser, se calhar, um bocadinho mais discreta, na forma como faz essa doação, poucos nos diz, na verdade. Aquilo que nos interessa é a questão da transparência e de saber quanto é que foi doado ao município.

Sra. Presidente – É a única entidade que vocês estão a ver aqui. É a única que não tem o valor. O resto é tudo em espécie, em ceder descontos. Está tudo aqui discriminado.

Sr. Vereador Joel Marques – Sra. Presidente, neste caso, é um apoio monetário.

Sra. Presidente – Eu sei, mas é única que não quer que se diga. Nós mandaremos para os vossos gabinetes o documento do valor que eles atribuíram.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

3. **Deliberação n.º 346/18 – Proposta n.º 86/2018 – DAFRH/DIGEF – 12.º alteração ao Orçamento da Despesa, 11.ª ao Plano de Atividades Municipais e 11.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 a 19, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU, 1 voto contra do Sr. Vereador do PSD e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

4. **Deliberação n.º 347/18 – Proposta n.º 88/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Cedência do direito de superfície, a constituir sobre uma parcela de terreno, sita em Monte Belo, à APPACDM de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 20 a 22, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. **Deliberação n.º 348/18 – Proposta n.º 89/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Protocolo de Cedência e Cooperação, a celebrar com a Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e a Associação Cultural Sende "Azinhaga do Holandês"**

Após a apresentação da proposta pela Sra. Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 23 a 26, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

6. **Deliberação n.º 349/18 – Proposta n.º 87/2018 – DAFRH/DIRH – Processo Disciplinar N.º 6/2017 – DAFRH/DIRH/CM-GC – Contra Nuno Miguel Castelo Branco Cabral Graça**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27 e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos SIM, 1 voto NÃO e 1 voto em BRANCO.

7. **Deliberação n.º 350/18 – Proposta n.º 108/2018 – DCED/DIDES – Isenção de taxas em equipamentos Desportivos Municipais**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

8. **Deliberação n.º 351/18 – Proposta n.º 109/2018 – DCED/DIDES – Aceitação de doação – S.P. Televisão, S.A.**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 29, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 352/18 – Proposta n.º 110/2018 – DCED/DIDES – Apoio financeiro ao Outdoor Clube de Setúbal – 6.º Duratrail Internacional**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, e não tendo havido discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 353/18 – Proposta n.º 03/2018 – GAVPSD – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) do ano de 2018 – Aplicação da taxa do IMI Familiar**

O Sr. Vereador Nuno Carvalho leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 31.

Sr. Vereador Joel Marques – Quanto ao conteúdo da proposta, em si, apesar de esta não ser, historicamente, desde a sua aprovação na Assembleia da República, uma proposta do Partido Socialista - nós abstivemo-nos quando foi a sua aprovação em Assembleia da República, até porque entendemos que esta não é a forma de dinamizar a natalidade, mas temos visões distintas sobre isso - nós não deixamos de considerar que tudo aquilo que possa ser uma redução da carga fiscal para os municípios setubalenses é bem vindo. E, nesse sentido, associar-nos-emos a esta proposta.

Não podemos também deixar de assinalar aquilo que parece ser uma certa esquizofrenia fiscal do PSD, porque quando nós discutimos o IMI, temos que o discutir na sua globalidade. Nós não podemos discutir hoje aquilo que é a taxa, amanhã aquilo que são as deduções e no outro dia, aquilo que são as majorações ou minorações.

4

Portanto, quando o Sr. Vereador Nuno Carvalho apresenta, há duas reuniões atrás, uma proposta de redução do IMI que não continha esta questão da taxa do IMI familiar, não estranhámos, mas assumimos que seria uma inversão, por parte do PSD. Quando na reunião passada, aqui foi discutida a proposta apresentada pelo Executivo, nós naturalmente que contestámos aquela proposta, até porque já tínhamos apresentado uma outra, noutro sentido, mas também não vimos nenhuma proposta do PSD. E agora, na reunião seguinte, o PSD lembra-se de apresentar uma outra alteração.

Sendo uma alteração que nós consideramos que, efetivamente, pode trazer um benefício aos municípios, naturalmente que como já disse, nos associaremos. Agora era conveniente que ficasse definitivamente fechado aquilo que é a proposta do PSD, senão arriscamo-nos a que, na próxima reunião, o Sr. Vereador Nuno Carvalho aqui traga uma outra proposta qualquer de alteração.

Nós gostaríamos de saber, exatamente, o que é que o PSD entende daquilo que é a carga fiscal aplicada no Município, que é de decisão exclusiva do Município, mas que o diga definitivamente e, também, como um todo, não apresentando propostas avulsas.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Eu aprecio muito os comentários do Vereador Joel Marques. Aliás, eu, normalmente, aprecio muita as suas intervenções e lamento ter que ajudar a explicar-lhe porque é que a sua não fez sentido.

Imaginemos que, agora, aprovávamos uma ARU. O que é que está no IMI para as ARU? Um regime especial. Portanto, não há uma estanquicidade no tempo, ela é flexível. Aliás, mais do que isso, temos até ao final do ano para ajudar a fixar o orçamento. É flexível, não é estanque, o que significa que nós podemos, até ao final do ano enquanto estamos a elaborar o orçamento - e sabe Deus o que é que vamos ter que fazer com a Taxa Municipal de Proteção Civil - fixar aquilo que são as receitas que prevemos receber, entre as quais é possível alterar, ou não, até por que eu disse na última reunião de Câmara, que iria separar e que ia apresentar isto à parte. Mas, vamos ao importante, que é concordarem com a proposta, e, portanto, essa parte eu registo. Quanto ao resto, peço desculpa de ter que explicar. Mas, então vocês não poderiam, por exemplo, imagine o PS apresentar uma proposta de ARU? Porque lá prevê que, inserto nas ARU, haja uma isenção, até haja aquele incentivo ao arrendamento, etc. Na proposta da CDU, entenda-se porque há uma flexibilidade no que diz respeito a isto. A gestão é dinâmica e a lei permite que seja. Isso não significa o seu contrário. Eu não estou a ser contrário a nada, estou é a escolher o tempo em que aplico e dentro do tempo legal que nos permite aplicar. Esquizofrenia é uma outra coisa, mas, isso, eu não sou médico para explicar. Com certeza que o Google pode ajudar a ir ver esse significado.

Sra. Presidente – Sr. Vereador, por parte da CDU, como já disse, é óbvio que nós não vamos votar favoravelmente, mas pela simples razão de que não temos os valores apurados em relação a isto. Tendo esses valores apurados, nós estamos a pensar seriamente, no próximo orçamento, não neste, no próximo orçamento, aprovar uma coisa semelhante a esta, até mais elaborada, porque nós estamos já a prepará-la, e até outros benefícios para as famílias.

Portanto, estão a ser preparadas no orçamento de 2019, para serem aplicados no orçamento de 2020, tendo em linha de conta de que este ano, não sabemos o que é que vai acontecer com a proteção civil.

Sabemos que este orçamento foi um bocado mais apertado por causa dos fundos comunitários, dos PREVPAV, da regularização de 200 e tal trabalhadores. Os fundos comunitários, os aumentos de uma data de coisas, a proteção civil, que em princípio, vamos estar outra vez com o menino nos braços. Temos que fazer negociações, temos que pagar às pessoas.

E temos, também ainda outro valor muito grande, que são os passes. Este também é um sinal, mas todos os meses, para quem trabalha em Lisboa, saem 100 euros do bolso, não é? É uma forma, também de ajudar as famílias. Sim, é uma forma grande de ajudar as famílias e isso é um valor que nós lhes damos todos os meses. Quer dizer, a um munícipe que trabalhe em

4

Lisboa, nós vamos dar 1200 euros por ano. Vamos dar indiretamente, porque nós vamos assumir esse custo.

Portanto, temos um ano para ganharmos fôlego, mas isto é uma proposta séria, não é esquizofrénica, e olhe que nós tínhamos muito mais para nos lamentarmos do que os vossos amigos. Eu não acho que seja uma proposta esquizofrénica. Acho que é uma proposta séria e digo-lhe que, no próximo ano, nós estamos a pensar nisto. Isto é de facto, mais um incentivo. Estamos a pensar que no próximo ano pagamos uma data de coisas e começamos a estar cada vez mais libertos de outras responsabilidades, para poder de facto, ter esta e outras ações de ajuda às pessoas. Não é por isso que vamos votar, não é por estarmos em desacordo. Desta vez não é por estarmos em desacordo, é porque financeiramente, não sabemos, seque, o que é que isto representa, mas pouco ou muito, representa alguma coisa, e, portanto, vamos votá-la no próximo ano.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Nós queremos reafirmar que, apesar do argumento utilizado, nós vamos votar favoravelmente esta proposta, contrariamente à CDU, que dá o apoio moral, mas vai votar contra.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, a Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, sendo reprovada por maioria e em minuta, com 7 votos contra da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos a favor dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

B) Período destinado à intervenção do público

Sra. Conceição Mendes - Trago aqui quatro questões. A primeira questão prende-se com as obras na Escola do Viso e nas ruas adjacentes. Para quando o fim das obras daquela zona, que aquilo é uma desgraça? No domingo, com a chuva que caiu, aquela rua estava completamente intransitável. Vieram as pedras por ali abaixo. Não se pode abrir uma janela com o pó que anda pelo ar.

A segunda questão, a pintura das passadeiras na cidade de Setúbal. Não há uma única passadeira que esteja pintada, a não ser aquelas ali no Largo dos Combatentes, que pintaram de amarelo.

Outra questão, para quando a devolução da Taxa Municipal de Proteção Civil. Ouvi aqui falar sobre isso, mas não fiquei completamente elucidada. A única coisa que eu sei é que, por exemplo, a Câmara de Lisboa, devolveu no início deste ano.

A última questão: O que é que pensam fazer às placas metálicas que estão no solo, junto ao Mercado do Livramento. Não sei se aquilo é alguma decoração, se vai ficar como definitivo. O que é certo é que, entre as placas e o pavimento geral, já há ali um fosso.

Sra. Presidente - Em relação às obras na Escola do Viso, estão a decorrer. Não é muito fácil, são obras ainda grandes. Aquilo vai absorver aquele polidesportivo que está ao lado e, portanto, aquilo ainda deve estar para demorar. Final do ano, diz o vereador das obras.

Sra. Conceição Mendes – Final deste ano? Vamos esperar que sim. O Menino Jesus pode ser que nos ponha essa prenda no sapatinho.

Sra. Presidente – A todos, porque nós também, não é? Como pode imaginar, nós também desejamos muito que as obras acabem rápido.

Sra. Conceição Mendes - Pois, mas, sobretudo a quem mora ali naquela zona...

Sra. Presidente – Pois, imagino...

Sra. Conceição Mendes - ... com carros e camiões a passarem a toda a hora, a carregar pedra, a descarregar pedra.

Sra. Presidente - Aquelas ruas, que nunca tiveram intervenção, como a senhora sabe, se mora ali, são ruas que foram...

Sra. Conceição Mendes - Há 37 anos.

Sra. Presidente - ... são ruas que nunca foram tocadas, não é verdade? E, portanto, estas ruas têm tido vários problemas, quando começam... Também tem conhecimento disso. Se calhar, passa ali e sabe que, às vezes, há dificuldades na própria empresa, a dizerem que “*agora, foi encontrada mais uma rocha não sei*”, é preciso vir uma máquina especial, para partir essa rocha, para melhorar aquilo.

Portanto, já fiz duas ou três reuniões com essa empresa, no sentido de cumprir o que está estabelecido. Um mês ou dois de dilação ainda vá. Aquilo, já lá vão muitos meses de dilação, com estes problemas que a empresa diz que tem vindo a encontrar. Se tem ali ruas muito estreitinhas, às vezes não têm maquinaria fácil de lá chegar e tem que ser à mão, quando eles teriam máquinas para partir algum...

Nomeadamente, estou a falar na Rua de São Pedro, por exemplo. Está a ser muito complicada a resolução daquela rua. Neste momento, já foram notificados para abandonarem a obra, porque nós já estamos muito chateados. Pomo-nos na pele das pessoas que ali moram, não é? Há pessoas, ali, com impossibilidade de mobilidade, como sabe, vizinhos seus. Há pessoas ali com bebés, com carrinhos de bebés, que não conseguem passar. Há várias dificuldades ali dentro.

Portanto, já foram notificados para abandonarem a obra a semana passada, para se passar a outra empresa. Estamos à espera, esta semana ou na próxima semana, da resposta. Eles já nos tinham dito que iam reforçar as equipas, para acabar rapidamente, mas como nós já não acreditamos muito, ou vimos as equipas no terreno ou têm que sair, para cederem a outro empreiteiro.

A pintura das ruas também não pode generalizar, não é no concelho de todo. É aqui, aqui em baixo...

Sra. Conceição Mendes – A baixa toda não tem uma passadeira visível, desculpe, Sra. Presidente.

Sra. Presidente – Mas a senhora disse o concelho todo...

Sra. Conceição Mendes – Aqui na zona, na cidade. Se disse concelho, é na cidade.

Sra. Presidente - Pronto, nós adquirimos uma máquina nova, só para pintar as passadeiras e aquelas guias laterais das ruas. Essa máquina já cá está, porque foi construída de propósito e, portanto, pensamos rapidamente começar a fazer as passadeiras.

Estamos muito preocupados, especialmente com zonas de escolas, pré-escolares, hospitais, aquelas zonas onde vai o público mais frágil, os nossos meninos, as pessoas que vão para os hospitais, etc. Portanto, isto vai começar rapidamente. Não posso dizer que é já no dia 1, mas estamos a fazer todos os esforços para isso. As tintas já foram compradas, a máquina está a ser montada numa carrinha. Vamos ver se começamos quanto antes.

Em relação aqui à taxa a devolução da taxa municipal de proteção civil, nós já tínhamos dito aqui que estamos já em negociações com uma série de empresas, aquelas maiores, para a devolução da taxa, mas para negociarmos com essas empresas, no sentido de se encontrar uma solução, se vier uma taxa, se vier uma taxa, poderá haver uma espécie de compensação.

4

Portanto, as pessoas poderão não pagar as taxas nos próximos anos, até perfazermos o pagamento, até saldarmos aquilo que está em dívida.

De qualquer modo, está agora para discussão na Assembleia da República. Não sei se é mais uma semana ou duas, na especialidade... Vereador Ricardo? Duas semanas?

Portanto, a partir desta altura, temos que decidir. Se ela for aprovada, vamos atuar de uma forma; se não for aprovada, vamos atuar doutra. De qualquer modo, se houver alguma empresa que esteja efetivamente com alguma dificuldade imediata, nós equacionamos pagar de imediato, está bem?

O Sr. Vereador da Proteção Civil, o Vereador Carlos Rabaçal já tem na pasta dele 1.800.000 euros, para negociar com 12 empresas. Só este valor é o referente a cerca de 12 empresas, que são empresas grandes, do Complexo Industrial da Mitrena. Estão disponíveis para se negociar e para se fazer o pagamento faseado.

Sra. Conceição Mendes – Então, e os particulares?

Sra. Presidente – Os particulares que tenham empresas. A senhora pagou proteção civil?

Sra. Conceição Mendes – A taxa municipal de proteção civil vai na fatura da água.

Sra. Presidente – Não, não. Desculpe, se tivesse alguma empresa é que ia.

Sra. Conceição Mendes – Sra. Presidente, na fatura da água vem lá *“a taxa municipal de proteção civil é uma despesa por conta da Câmara Municipal de Setúbal.”*

Sra. Presidente – É uma despesa por conta da Câmara.

Sra. Conceição Mendes – Essa taxa é paga pelos munícipes na fatura da água.

Sra. Presidente – Não, não, está enganada. Na fatura, por exemplo, no Município de Lisboa, as pessoas que tinham casas, tinham de pagar IMI, e por consequência vinha paralelo ao IMI. Quer dizer, seja empresa ou privado, pagava tudo. No Município de Setúbal, só as empresas, comércio ou restaurantes ou empresas de média e grande dimensão é que pagavam. As empresas que estão na Mitrena, que são de grande dimensão e empresas de risco, pagavam mais. A taxa tinha um cálculo de risco associado. Agora, os privados não pagavam taxa de proteção civil.

Sra. Conceição Mendes – Mas, deixe-me só acrescentar um pormenor: A minha mãe vivia em Lisboa e, por morte dela, eu como única herdeira, tive direito a ser ressarcida da taxa municipal de proteção civil que era paga à Câmara Municipal de Lisboa.

Sra. Presidente – Mas é o que eu lhe estou a dizer...

Sra. Conceição Mendes – E não vinha no IMI, não vinha incluída no IMI.

Sra. Presidente – Mas, espere, a sua mãe tinha um imóvel.

Sra. Conceição Mendes – Sim.

Sra. Presidente – Então, era por força disso.

Sra. Conceição Mendes – Pronto.



Sra. Presidente - As pessoas que pagavam IMI, quer dizer, que eram proprietárias de um imóvel em Lisboa, tinham que pagar taxa de proteção civil. Aqui, são só pequenas empresas, pequenas e médias empresas, que, de algum modo...

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Estavam isentos da referida Taxa em Setúbal, os particulares, no que respeita à sua habitação, todas as entidades não lucrativas, IPSS, instituições, coletividades, etc. Só pagaram a taxa empresas legalmente constituídas. Portanto, a referência à taxa, no recibo, não quer dizer que tenha pago taxa. Não pagou. E, se pagou, há para aí um milagre qualquer, porque a indicação é que individuais, famílias não pagavam. Foi uma isenção decidida aqui, na Câmara e foi decidido na Assembleia Municipal. A Câmara prescindiu do pagamento da taxa, ao contrário de Lisboa, das famílias, considerando que já pagavam o seu seguro de incêndio e tal.

Sra. Conceição Mendes - Pronto, então estou esclarecida. Depois, está aqui ainda outra questão, as placas metálicas que estão junto...

Sra. Presidente – As placas metálicas, só por graça é que disse que aquilo era decoração, não foi? Foi por graça? Pronto, nós percebemos que foi por graça. É evidente que não é decoração. Aquelas placas têm que ver com um buraco que se foi abrindo no caneiro, na Ribeira do Livramento, que vai para o Sado. Nós estamos a refazer essa Avenida toda, a 22 de dezembro, 2 milhões e tal de euros estão ali investidos. Aquilo, tem lá em cima um grande buraco, quase ao pé do Bonfim. Há-de vir por aí abaixo tudo a ser tratado e está por baixo, também, a ser tratado, que é para a água, quando chegar ao Sado, estar limpa e o caneiro estar consolidado. Portanto, quando isso estiver tratado, é evidente que as placas não vão estar ali em decoração. Só que elas ofereciam outra segurança do que pôr só asfalto em cima, percebe? Decidimos não por asfalto e pôr aquelas placas, que já estão, com a ação rodoviária, a criar uma espécie de uma gola naquele asfalto, que nós vamos tentar raspar, porque aquilo já está a criar ali um sobressalto. Mas, não sei se o Senhor Vereador Carlos Rabaçal queria acrescentar alguma coisa...

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Em relação ao caneiro do Livramento, que tem vários troços, com vários tipos de construção ao longo da história, foi feita uma peritagem, uma visita de uma equipa técnica, que fez uma peritagem em todo o caneiro e identificou que o caneiro está estável. Tem pequenos pontos de cedência, nenhum deles grave e de emergência e detetou um ponto de cedência com mais alguma sensibilidade, a seguir à Fonte das Ninfas, em frente ao Mercado do Livramento. Havia duas soluções. Uma solução era colocar estacaria no interior, para suportar a abóboda, que é uma grande abóboda. Como, com o resto que havia no interior, em caso de grande chuvada, e como vem muito material no meio da chuvada, batia na estacaria e cria problemas, então decidiu-se fazer o inverso: O sistema de força que aquelas placas provocam na superfície estabilizavam-na e foi essa solução técnica que foi adotada por uma equipa, por uma empresa da especialidade, que nos aconselhou a fazer isso. Entretanto, neste momento, estamos a desenvolver o processo de contratação de uma empresa, ou da mesma empresa que fez a peritagem, para fazer, paulatinamente, por troços, a consolidação da Ribeira do Livramento, que está ali há muito tempo e vai que continuar por muitos séculos, ali assim, a garantir o escoamento das águas pluviais. Aquelas placas sairão depois de a obra ser feita no interior, de estabilização da pequena fragilidade que encontramos.

Sra. Conceição Mendes – Mas, até a obra estar concluída, que não há previsão, ou se há, pode ser dilatada, não há hipótese de taparem, digamos, aquele fossozinho que há entre as placas e o asfalto?

Sr. Vereador Carlos Rabaçal - Há toda a hipótese. Aliás, inicialmente, não tinham esse fosso. Agora, apareceu isso, vamos tapar e vamos reduzir.

Sra. Presidente - Não tem que ser raspado? Aquilo está a criar uma gola ali, cria um ressalto.... É com os carros, não é?

Sra. Conceição Mendes – Exatamente...

Sra. Presidente – E, numa ponta, na primeira, quando os carros entram, há um fossozinho assim. No final, aquilo empurrou o asfalto e aquilo está a criar uma gola. Aquilo vai ser arranjado agora, porque nós.

Sra. Conceição Mendes – OK.

Sra. Presidente – Está bem?

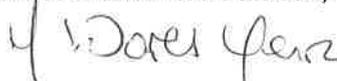
Sra. Conceição Mendes - Pronto, obrigada.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e cinquenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

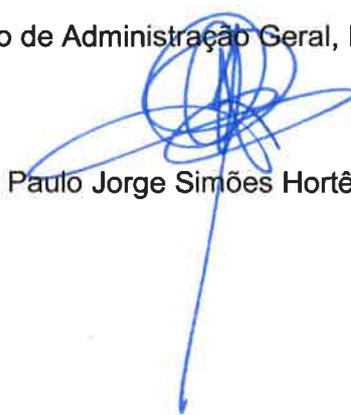
A Presidente da Câmara,



Maria das Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2018, por unanimidade, contém 30 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Carlos Mendes

Conferida por:
Ana Cristina Claro